



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO**

CADERNO DE ENSINO

**METODOLOGIA PARA SOLUÇÃO DE
QUESTÕES NO DOMÍNIO COGNITIVO DO
CONHECIMENTO**

**Edição
Experimental
2025**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO**

CADERNO DE ENSINO

**METODOLOGIA PARA SOLUÇÃO DE
QUESTÕES NO DOMÍNIO COGNITIVO
DO CONHECIMENTO**

**Edição
Experimental
2025**

PORTARIA – DECEEx / C Ex Nº 1102, DE 29 DE AGOSTO DE 2025
EB: 64445.014437/2025-41

Aprova o Caderno de Ensino CE 5.82 Metodologia para Solução de Questões no Domínio Cognitivo do Conhecimento, Edição Experimental, 2025, e dá outras providências.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do Art 10 do Decreto Nr 3.182, de 23 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017, Regulamento da Lei do Ensino no Exército; o inciso XI do Art 11 da Portaria do Comandante do Exército nº 1.788, de 7 de julho de 2022, Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Exército; o Art 44 da Portaria do Comandante do Exército nº 770, de 7 de dezembro de 2011, Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército (EB10-IG-01.002), resolve:

Art 1º Aprovar o Caderno de Ensino CE 5.82 Metodologia para Solução de Questões no Domínio Cognitivo do Conhecimento, Edição Experimental, 2025, que com esta baixa.

Art 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FRANCISCO CARLOS MACHADO SILVA
Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

(Publicado no Boletim do Exército nº , de de de 2025)

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

SUMÁRIO

	Pag
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	
1.1 Finalidade	1-1
1.2 Considerações iniciais	1-1
CAPÍTULO II – DOMÍNIO COGNITIVO DO CONHECIMENTO	
2.1 Considerações iniciais	2-1
2.2 Taxonomia dos objetivos educacionais	2-1
2.3 Níveis de desempenho.....	2-2
2.4 Servidões do ND Compreensão	2-3
2.5 Servidões do ND Análise	2-4
CAPÍTULO III – EXPRESSÃO ESCRITA	
3.1 Considerações iniciais	3-1
3.2 O parágrafo.....	3-1
3.3 A redação	3-4
3.4 Parâmetros de avaliação.....	3-6
3.5 Formatação.....	3-8
CAPÍTULO IV – APLICAÇÃO DA METODOLOGIA	
4.1 Considerações iniciais	4-1
4.2 1ª Fase – Interpretação	4-1
4.3 2ª Fase – Esquematização	4-6
4.4 3ª Fase – Escrituração.....	4-17
CAPÍTULO V – EXEMPLOS	
5.1 Considerações iniciais	5-1
5.2 Servidões do ND Compreensão.....	5-2
5.3 Servidões do ND Análise.....	5-13
REFERÊNCIAS	

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADE

1.1.1 Este Caderno de Ensino (CE) destina-se a apresentar a metodologia empregada no âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e admitida pelo Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEX) como um recurso destinado à solução de questões no domínio cognitivo do conhecimento.

1.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.2.1 A metodologia para a solução de questões cognitivas é um instrumento essencial de preparação para os oficiais apresentarem uma solução para situações-problema nos vários contextos em que possam estar inseridos. Reveste-se de especial importância para aqueles que realizam o Curso de Preparação aos Cursos de Altos Estudos Militares (CP/CAEM) e para os candidatos ao processo seletivo (PS) para ingresso na Escola Marechal Castello Branco.

1.2.2 A preparação para esse processo cognitivo, iniciada a partir das escolas de formação, exige a aquisição de novos conhecimentos, o domínio da metodologia e a revisão de aspectos gramaticais e de construção textual.

1.2.3 Contudo, a obtenção de repertório cognitivo satisfatório impõe a necessidade de assimilar e desenvolver essas habilidades, de forma transversal à carreira das armas. Assim, de forma progressiva, é preciso reunir conhecimento, método e uma apurada técnica de expressão escrita, perseverando no exercício da solução de questões elaboradas com fulcro nessa sistemática.

1.2.4 Esta metodologia é aplicável a outras situações. Um artigo, uma memória, uma exposição de argumentos para amparar a tomada de decisões, seja de forma oral ou escrita, são alguns produtos inerentes às demandas funcionais que podem ser elaborados com esta base metodológica.

1.2.5 As ferramentas necessárias ao entendimento e à aplicação do método de solução de questões serão abordadas nos capítulos subsequentes desta publicação.

CAPÍTULO II

DOMÍNIO COGNITIVO DO CONHECIMENTO

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1.1 Esta metodologia tem como referência principal o esquema classificatório de objetivos educacionais elaborado por Benjamin S. Bloom e colaboradores: a taxonomia de Bloom.

2.1.2 A Taxonomia de Bloom foi criada em 1956, como resultado de um trabalho conjunto de uma comissão multidisciplinar, que contava com especialistas de diversas universidades dos Estados Unidos, liderada pelo pesquisador, psicólogo e pedagogo Benjamin S. Bloom, que defendia o estabelecimento de critérios claros e precisos para a compreensão do que, de fato, os alunos aprendiam ao final do processo de ensino.

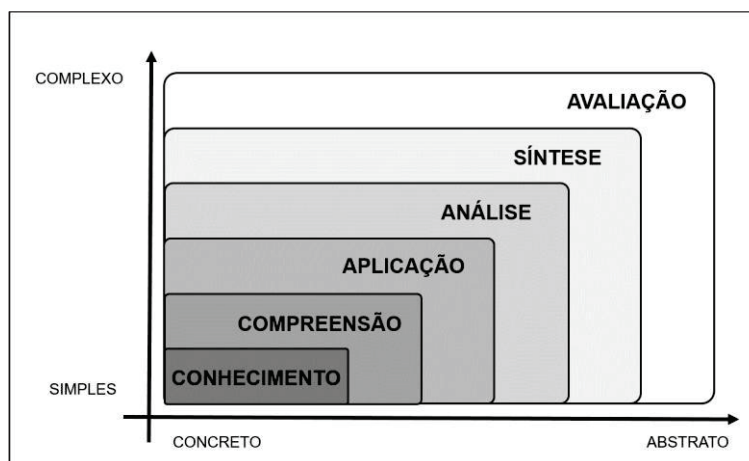
2.1.3 Também chamada de Taxonomia dos Objetivos Educacionais, trata de uma classificação que preconiza um direcionamento baseado em objetivos de aprendizagem de forma hierarquizada. Basicamente, consiste em uma organização de categorias que divide as oportunidades de aprendizagem em domínios.

2.2 TAXONOMIA DOS OBJETIVOS EDUCACIONAIS

2.2.1 A Taxonomia dos Objetivos Educacionais divide-se em três domínios: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor. O domínio cognitivo – aquele que interessa à metodologia descrita neste Caderno de Ensino – abrange os objetivos educacionais que enfatizam os processos mentais e os resultados intelectuais, como conhecimento, compreensão e habilidades de pensamento.

2.2.2 É uma estrutura que organiza os objetivos educacionais em ordem hierárquica, formando um sistema dividido em conjuntos de categorias: os níveis de desempenho, que evoluem dos mais simples e concretos para os mais complexos e abstratos.

2.2.3 Os especialistas em educação realizaram diversas estratificações dos níveis de profundidade do raciocínio. A estratificação adotada pelo SECEX apresenta a seguinte organização:



Níveis de desempenho (ND)

2.2.4 Cada nível ou categoria inclui, necessariamente, os objetivos das categorias anteriores. Assim, o Nível de Desempenho (ND) **compreensão** abrange os comportamentos do ND **conhecimento**. O ND **aplicação** inclui os dois anteriores, e assim sucessivamente.

2.3 NÍVEIS DE DESEMPENHO

2.3.1 ND CONHECIMENTO

2.3.1.1 Este é o nível de desempenho mais elementar do domínio cognitivo do conhecimento. Exige a capacidade, apenas, de lembrar uma informação.

2.3.1.2 Neste ND estão verbos como CITAR e DESCREVER.

2.3.2 ND COMPREENSÃO

2.3.2.1 O nível de desempenho COMPREENSÃO mede a competência de reproduzir um assunto e discorrer sobre informações complementares. Além de citar uma ideia, deve-se esclarecer seu significado, de maneira lógica e coerente, e as razões pelas quais ela é relevante.

2.3.2.2 JUSTIFICAR, CARACTERIZAR e APRESENTAR são alguns dos verbos que representam este ND.

2.3.3 ND APLICAÇÃO

2.3.3.1 Este ND pressupõe a habilidade de, além de reproduzir e explicar um assunto, aplicá-lo em situações novas e concretas.

2.3.3.2 Integram esse ND servidões como APLICAR e RELACIONAR.

2.3.4 ND ANÁLISE

2.3.4.1 A partir das habilidades adquiridas nos níveis anteriores, esta categoria exige a capacidade de dividir o todo em partes coerentes e estabelecer relações entre as frações obtidas – de associação, causalidade ou cronologia, por exemplo.

2.3.4.2 Trata-se de um nível intelectual mais elevado em relação aos anteriores, pois requer, além da assimilação do conteúdo, o conhecimento de sua estrutura e organização. Seu objetivo é chegar, por dedução, a conclusões relacionadas com o objeto da análise. Todo trabalho analítico tem, por consequência, uma estrutura dedutiva.

2.3.4.3 ANALISAR, COMPARAR e ESTUDAR são servidões deste ND.

2.3.5 ND SÍNTESE

2.3.5.1 Ser capaz de reunir os argumentos desenvolvidos em uma das servidões do ND ANÁLISE para formar uma ideia integradora é o que define este nível de desempenho.

2.3.5.2 Em outras palavras, é a habilidade de reconstruir as ideias geradas pela decomposição – análise, comparação, estudo etc. – para formar um novo todo. Essa dinâmica é, em certa medida, aplicada no ND ANÁLISE, como será observado mais adiante.

2.3.5.3 Suas servidões incluem SELECIONAR, SINTETIZAR e PROPOR.

2.3.6 ND AVALIAÇÃO

2.3.6.1 Este nível exige a capacidade de apresentar juízo de valor próprio sobre determinado assunto. É o nível mais profundo de aprendizagem, segundo a taxonomia dos objetivos educacionais.

2.3.6.2 São suas servidões os verbos AVALIAR, ESTIMAR e JULGAR, entre outros. Este nível de desempenho se afasta do método aqui descrito, pois sua complexidade impõe a necessidade de se utilizarem ferramentas de medição específicas.

2.3.7 As questões elaboradas pela ECEME, no contexto do Curso Preparatório e do Processo Seletivo aos seus Cursos de Altos Estudos Militares, contemplam servidões específicas dos ND **COMPREENSÃO** e **ANÁLISE**, cujo estudo se inicia, de forma gradativa, a partir das escolas de formação.

2.4 SERVIDÕES DO ND COMPREENSÃO

2.4.1 APRESENTAR

2.4.1.1 Apresentar é demonstrar, de forma clara e evidente, o significado da ideia citada. Trata-se de dizer “**o que é**” o objeto da questão.

2.4.2 CARACTERIZAR

2.4.2.1 Caracterizar consiste em expor e/ou descrever as características do objeto da questão. Trata-se de dizer “**como**” é algo.

2.4.3 JUSTIFICAR

2.4.4 Justificar é revelar “**o porquê**” do objeto da servidão. É apresentar as razões de uma ideia, que se mostra válida pela consistência de sua argumentação.

2.5 SERVIDÕES DO ND ANÁLISE

2.5.1 ESTUDAR

2.5.1.1 Estudar consiste em dividir o todo em partes coerentes para obter, em cada parte, uma conclusão parcial na qual são listadas as ideias essenciais dos itens estudados.

2.5.1.2 O produto dessa servidão é uma conclusão que consolida as inferências parciais, enfatizando os principais aspectos levantados no estudo: um **resumo**.

2.5.2 ANALISAR

2.5.2.1 Analisar é decompor o todo em partes e, por dedução, integrar as ideias levantadas em conclusões parciais, cujo cerne é uma ideia nova e dedutiva. Posteriormente, as inferências obtidas em cada parte do objeto analisado são consolidadas em uma ideia abrangente e dedutiva: a **síntese**.

2.5.2.2 É possível verificar que, na presente metodologia, essa servidão extrapola, em certa medida, a taxonomia dos objetivos educacionais. Isso ocorre com a exigência de uma síntese como produto final da análise, haja vista que a servidão “SINTETIZAR” pertence a um nível de desempenho mais complexo e abstrato.

2.5.3 COMPARAR

2.5.3.1 Comparar, nesta metodologia, é “analisar comparando”. Consiste em decompor o objeto da questão em partes comparáveis entre si, selecionar os fatores de comparação, levantar ideias relativas aos fatores selecionados e, por dedução, obter conclusões parciais, assim como na servidão “ANALISAR”, porém com uma perspectiva peculiar: um viés de comparação.

2.5.3.2 Cabe salientar que os fatores de comparação levantados para uma das partes do objeto da questão devem, necessariamente, ser os mesmos para a(s) outra(s) parte(s).

2.5.3.3 A comparação propriamente dita ocorre quando, em alguma parte do desenvolvimento da questão, as partes são comparadas tendo como parâmetro os fatores selecionados.

2.5.3.4 A conclusão final deve sintetizar as conclusões parciais, tal qual na servidão “ANALISAR”, trazendo uma ideia dedutiva e integradora e o resultado final da comparação.

2.5.3.5 De forma ainda mais acentuada do que na servidão “ANALISAR”, a comparação também excede a taxonomia de Bloom. Além da síntese, o método prescreve a necessidade de exprimir o resultado da comparação, uma habilidade que, em tese, estaria inserida no nível de desempenho “AVALIAÇÃO”, que envolve a manifestação de juízo de valor próprio sobre determinado assunto.

CAPÍTULO III

EXPRESSÃO ESCRITA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1.1 A carreira militar exige o constante aprimoramento da habilidade de escrever. Os encargos atribuídos aos oficiais, em todos os níveis, refletem esta assertiva.

3.1.2 A dificuldade que parcela significativa dos oficiais tem de empregar a norma culta da língua portuguesa ou de expor suas ideias com clareza é relativamente comum. Apesar de frequentes, erros gramaticais e ortográficos não são os que mais denotam esta dificuldade, mas a estrutura desordenada do texto, a falta de objetividade e de coerência das frases.

3.1.3 Tais fatores convergem para um mesmo ponto: pouca prática de leitura e ausência do hábito de escrever. A leitura frequente possibilita, além da absorção do conteúdo apresentado, a assimilação de aspectos gramaticais e de construção textual. Ler, portanto, favorece a capacidade de escrever, na medida em que amplia o vocabulário e reduz os erros de ortografia, concordância e regência.

3.1.4 Aprender a escrever:

[...] é, em grande parte, se não principalmente, aprender a pensar, aprender a encontrar ideias e a concatená-las, pois, assim como não é possível dar o que não se tem, não se pode transmitir o que a mente não criou ou não aprovisionou (Garcia, 2010, p. 301).

3.1.5 Escrever deve ser um ato natural, como falar. Somente o exercício sistemático da leitura e da escrita pode contribuir para o incremento da qualidade da produção textual.

3.1.6 As técnicas de redação descritas a seguir são aplicáveis à expressão escrita de forma abrangente. Todavia, é conveniente enfatizar que o conteúdo deste capítulo é uma ferramenta imprescindível para a solução de questões no domínio cognitivo do conhecimento.

3.2 O PARÁGRAFO

3.2.1 Para conceituar o parágrafo, admite-se a seguinte definição:

[...] unidade de composição constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve determinada *ideia central*, ou *nuclear*, a que se agregam outras, *secundárias*, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela (Garcia, 2010, p. 219).

3.2.2 Evidentemente, não há modelos rígidos para a construção de parágrafos. Tudo vai depender da natureza do assunto, do gênero de composição e das preferências de quem escreve. Tal possibilidade de variação não impede que se deixe de recomendar o tipo de

estrutura que a experiência tem demonstrado ser a mais adequada para assegurar a unidade e a coerência do parágrafo.

3.2.3 O PARÁGRAFO COMO UNIDADE DE COMPOSIÇÃO DO TEXTO

3.2.3.1 De maneira geral, o parágrafo começa, a título de introdução, por um ou dois períodos, quase sempre breves, que revelam, de modo conciso, a essência de seu conteúdo. É o que se chama **tópico frasal**.

3.2.3.2 Pelo seu conteúdo genérico, na maioria das vezes, o **tópico frasal** necessita ser especificado, detalhado ou explicado. A partir dele, o autor torna mais precisa, justifica, ou fundamenta a sua declaração inicial. Este **desenvolvimento** da ideia consiste na:

[...] explanação mesma da ideia principal do parágrafo. Há diversos processos, que variam conforme a natureza do assunto e a finalidade da exposição; mas qualquer que seja ele, a preocupação maior do autor deve ser sempre a de **fundamentar de maneira clara e convincente as ideias que defende ou expõe**, servindo-se de recursos costumeiros tais como a enumeração de detalhes, comparações, analogias, contrastes, aplicação de um princípio, regra ou teoria, definições precisas, exemplos [...] (Garcia, 2010, p. 230, grifo nosso).

**DESENVOLVER A HABILIDADE
DE ESCREVER É ESSENCIAL.**

**O HÁBITO DE REDIGIR PARÁGRAFOS E
OFERECER PARA A LEITURA DE TERCEIROS, A
FIM DE VERIFICAR SE A IDEIA FOI PLENAMENTE
COMPREENDIDA, PODE SER DETERMINANTE.**

3.2.3.3 A fim de atender à metodologia, deve-se acrescentar à maioria das unidades de composição uma terceira parte: a **conclusão** da ideia, uma frase comumente referida como o “e daí?” do parágrafo: uma relação de causa e efeito, de razão e consequência, ou mesmo entre fatos e implicações.

Generalização ¹ (tópico frasal)	<i>A hidroeletricidade ocupa a maior parcela da matriz energética brasileira.</i>
Especificação (desenvolvimento)	<i>Considerada uma “energia limpa”, ela responde por cerca de 40% de toda a energia consumida no país, sendo favorecida por fatores como abundância de recursos hídricos, topografia adequada e histórico de investimento em hidrelétricas,</i>
Ligação (“e daí?”)	<i>o que beneficia a segurança energética brasileira, a partir de fontes sustentáveis e de baixo custo.²</i>

¹ O primeiro período poderia servir de título do parágrafo: é uma síntese do seu conteúdo.

² Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

3.2.3.4 Um quarto elemento poderá compor o parágrafo: a **condicionante da servidão** (a ser explorada no Capítulo IV), que pode ser um destaque ou uma conclusão imposta. Este elemento complementar, mais específico, posicionar-se-á onde melhor contribua para o entendimento da ideia, a critério do autor.

3.2.3.4.1 Parágrafo contendo um **destaque** como condicionante da servidão:

Generalização (tópico frasal)	<i>O turismo sustentável é uma fonte importante de renda para as comunidades locais e incentiva a preservação ambiental.</i>
Especificação (desenvolvimento)	<i>A exploração do ecoturismo na Amazônia é apoiada na ampla biodiversidade e na beleza natural da região. A atração de turistas para experiências peculiares do referido ecossistema, como contato com a fauna e flora local, além do conhecimento de aspectos culturais das comunidades indígenas, gera fluxos econômicos significativos,</i>
Ligação ("e daí?")	<i>projetando internacionalmente aspectos fisiográficos e psicossociais relevantes do país.</i>
Destaque ³ (elemento complementar)	<i>Cabe salientar que o ecoturismo gera empregos e desenvolve o empreendedorismo local e a conscientização ambiental global.⁴</i>

3.2.3.4.2 Parágrafo que contribui para uma **conclusão imposta** pela questão:

Generalização (tópico frasal)	<i>A Índia independente optou por uma estratégia econômica focada em resolver questões internas.</i>
Especificação (desenvolvimento)	<i>Essa dinâmica foi caracterizada pela alta intervenção estatal, investimentos na indústria pesada, forte protecionismo e substituição das importações. Como resultado, houve uma expressiva evolução de sua economia,</i>
Ligação ("e daí?")	<i>levando a um reposicionamento do país na estrutura econômica internacional.</i>
Preparação para a conclusão imposta ⁵	<i>Externamente, Índia e Brasil participaram, conjuntamente e com protagonismo, da constituição de importantes organismos internacionais de cunho econômico, como a Conferência da ONU sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o G-77 e o G-20.⁴</i>

³ O elemento complementar que responde a condicionante da servidão "destacando" não tem uma posição fixa na construção do parágrafo.

⁴ Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

⁵ O elemento complementar que prepara para a conclusão imposta não tem uma posição fixa na construção do parágrafo.

3.2.3.5 Esta construção textual não é impositiva. Eventualmente, os elementos constituintes do parágrafo poderão ser redigidos em ordem distinta, a fim de favorecer a compreensão leitora.

3.3 A REDAÇÃO

3.3.1 Os problemas propostos no escopo da metodologia para a solução de questões cognitivas, similares aos documentos produzidos para embasar assessoramentos de Estado-Maior, por exemplo, devem ser respondidos por meio de um texto dissertativo não literário, cuja função é informar o leitor.

3.3.2 O esquema básico de uma redação compreende, em linhas gerais, três partes fundamentais: introdução, desenvolvimento e conclusão. No caso desta metodologia, cabe observar que tal estruturação se subordina ao nível de desempenho da questão proposta, conforme descrito no Capítulo IV deste Caderno de Ensino.

3.3.3 INTRODUÇÃO

3.3.3.1 A introdução é a comunicação produzida no início do texto. É a parte que serve para ambientar o leitor no trabalho que vai ser desenvolvido.

3.3.3.2 A introdução de um texto pode ter diversas finalidades, tais como apresentar a ideia principal do texto, dimensionar o campo da análise, completar o quadro no qual se insere o tema, e definir termos ou expressões necessários à compreensão do assunto, entre outras.

3.3.3.3 Configuram falhas na elaboração da introdução os seguintes aspectos:

3.3.3.3.1 Introdução **vaga**: aquela que não consegue situar o leitor, por conter ideias sem relevância cognitiva ou informações que não dizem respeito, diretamente, ao tema a ser desenvolvido.

3.3.3.3.2 Introdução **abrupta**: antecipa ideias do desenvolvimento, inserindo o leitor no assunto sem ter sido orientado a respeito do que vai encontrar.

3.3.3.3.3 Introdução **prolixa**: aquela que apresenta uma quantidade excessiva de informações, confundindo o leitor e desviando sua atenção.

3.3.4 DESENVOLVIMENTO

3.3.4.1 O desenvolvimento é a parte da solução que vai permitir explicar a ideia central, desdobrando-a em uma sequência de reflexões críticas do pensamento, articuladas entre si, de forma lógica, clara e coerente. Ao seu final, deve-se obter um conjunto harmônico que naturalmente suceda a introdução, e que seja suporte para a conclusão, quando houver.

3.3.4.2 Como constituem a tese (aquilo que deve ser estudado, analisado etc.), as condicionantes identificadas ou estabelecidas durante a interpretação devem ser consideradas nesta parte da solução.

3.3.4.3 Desse modo, o desenvolvimento deve, fundamentalmente, atender à servidão e às condicionantes estabelecidas, sob uma perspectiva adequada ao enunciado da questão proposta.

3.3.4.4 No desenvolvimento devem ser abordados, ainda, os aspectos impostos pelas condicionantes, a fim de preparar adequadamente o leitor para a parte mais importante do trabalho: a conclusão (quando aplicável).

3.3.4.5 Critérios de ordenamento de ideias

3.3.4.5.1 A organização dos argumentos facilita a assimilação de um texto discursivo. O estabelecimento de um critério para ordenar as ideias contribui para o desencadeamento lógico do assunto abordado. A escolha desse critério deve permitir que o trabalho escrito apresente o melhor resultado em termos de argumentação, coerência e coesão textual.

3.3.4.5.2 Ordem de importância – as ideias são ordenadas a partir daquela considerada mais importante. No contexto do CP/CAEM e do PS/CAEM, este critério normalmente é utilizado na solução de questões de Geografia, partindo dos argumentos mais significativos.

3.3.4.5.3 Ordem cronológica ou sequencial – as ideias são apresentadas na sequência ou cronologia em que ocorrem. Em se tratando do CP/CAEM e do PS/CAEM, sua utilização é uma boa prática na solução de questões de História.

3.3.4.5.4 Ordem de familiaridade – as ideias são organizadas da mais familiar ao leitor para a que lhe é menos familiar, ou seja, da mais conhecida para a menos conhecida.

3.3.4.5.5 Ordem de complexidade – parte-se das ideias fáceis para as mais difíceis e complexas.

3.3.4.5.6 Ordem de concordância – as ideias apresentadas inicialmente são aquelas com que o leitor, provavelmente, não terá dificuldades em concordar; seguem-se os aspectos mais controversos ou de menor aceitação. Assim como o critério de familiaridade, é difícil aplicá-lo nas situações em que o produto não tem um destinatário definido.

3.3.4.5.7 Ordem de posição – as ideias são apresentadas seguindo uma sequência lógica em relação à posição em que ocorrem.

3.3.5 CONCLUSÃO

3.3.5.1 A conclusão é o encerramento de um trabalho escrito. Remete à proposição inicial apresentando um novo significado para o leitor. Não é a mera repetição de ideias já lançadas no trabalho: ela surge naturalmente dos argumentos apresentados na introdução e no desenvolvimento, de forma dedutiva.

3.3.5.2 A conclusão de um texto deve ser direta, incisiva e sucinta. Ao longo do desenvolvimento, o autor deve destacar os pontos fundamentais que, sem dúvida, serão retomados na conclusão, garantindo que sejam enfatizados de maneira precisa e concisa. Qualquer adição desnecessária compromete a sua objetividade. Assim, a conclusão deve servir como o ápice lógico do raciocínio, reforçando a essência da proposição sem desvios ou excessos (Garcia, 2010, p. 374 e 390). Obviamente, as informações constantes da conclusão devem encontrar suporte nos argumentos apresentados no corpo do trabalho.

3.3.5.3 Como consequência de um trabalho dedutivo, o leitor não pode ser surpreendido pela conclusão. Ele vai descobrindo seu conteúdo ao longo do trabalho, de modo que, ao chegar às últimas considerações, já possua, na sua mente, as informações necessárias para entender o que o autor deseja transmitir. A conclusão se manifesta no inconsciente, durante a leitura do texto.

3.4 PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

3.4.1 No tocante à expressão escrita, os textos devem ser elaborados com base em critérios aplicáveis à validação da qualidade relativos aos vários tipos de texto. Os parâmetros desta avaliação serão explorados a seguir.

3.4.2 COERÊNCIA

3.4.2.1 Um texto coerente é aquele em que as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento. O autor não se contradiz. A coerência é plena quando todas as ideias elencadas são desenvolvidas, proporcionando uma leitura fluente.

3.4.2.2 O texto – ou fragmento – é incoerente quando: as ideias não são articuladas; as contradições tornam o argumento incompreensível; ou o autor defende um argumento para contradizê-lo mais adiante.

3.4.2.3 A apresentação de dados incorretos ou informações equivocadas no corpo do texto é outra falha que provoca a depreciação do parâmetro coerência.

3.4.3 CLAREZA

3.4.3.1 Clareza é o atributo daquilo que é inteligível, fácil de ser compreendido ou entendido.

3.4.3.2 O texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.

3.4.3.3 O uso indiscriminado de siglas ou abreviaturas compromete a clareza. Recomenda-se empregar apenas as expressões consagradas na literatura, tendo o cuidado de redigir as palavras por extenso, seguidas da sigla entre parênteses, na primeira vez em que aparecem no texto.

3.4.4 OBJETIVIDADE

3.4.4.1 Um texto objetivo é claro, transparente e conciso (expressar as ideias com o menor número de palavras). Tem como característica a economia verbal, com frases curtas (mais pontos do que vírgulas), em ordem direta, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. Desenvolve-se de maneira retilínea, indo direto ao ponto. Evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (recurso descabido, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade).

**A OBJETIVIDADE É PREJUDICADA PELA REPETIÇÃO
DESNECESSÁRIA DE ARTIFÍCIOS DE LIGAÇÃO
QUE REPRODUZEM O ENUNCIADO DA QUESTÃO.**

3.4.4.2 A objetividade é particularmente importante quando a metodologia é empregada para o assessoramento de processos decisórios.

3.4.4.3 Um recurso textual que afeta a objetividade é o discurso informal, manifestado pelo emprego de metáforas (“gigante amarelo”, “grande *boom* econômico”, “desenvolvimento meteórico”) e adjetivações desnecessárias (“batalhas sangrentas”, “belas praias”, “jovem República”).

**O TEXTO DISSERTATIVO NÃO-LITERÁRIO PRESSUPÕE
O EMPREGO DE PALAVRAS NO SENTIDO DENOTATIVO.
O USO DE ASPAS NÃO ISENTA UMA
EVENTUAL INADEQUAÇÃO GRAMATICAL.**

3.4.4.4 Os adjetivos são pertinentes quanto propiciam a caracterização plena de uma ideia. No entanto, a adjetivação excessiva extrapola esse entendimento, comprometendo a objetividade.

3.4.4.5 A manifestação de juízo de valor não relacionado ao objeto da questão (“a situação daquele país era complicada”), bem como o emprego de advérbios ou locuções adverbiais de dúvida (“talvez”, “provavelmente”, “pode ser”) também são prejudiciais à objetividade como critério de avaliação.

3.4.4.6 O parâmetro da objetividade, contudo, deve ser observado na medida certa. O exagero leva à omissão de conteúdo, afetando a clareza.

3.4.5 COESÃO

3.4.5.1 É o parâmetro no qual se avalia o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação, entre outros. Manifesta-se tanto no interior do parágrafo quanto entre as unidades de composição.

3.4.5.2 A coesão é determinante para a perfeita compreensão do texto. Permite a construção de uma estrutura linguística que confere harmonia à argumentação.

3.4.5.3 Em textos dissertativos, é comum o uso de expressões que indicam continuação (“além disso”, “bem como”, “do mesmo modo”) e conclusão (“dessa forma”, “nesse sentido”, “portanto”, “nesse contexto”).

3.4.5.4 O emprego de outras técnicas, tais como a coesão por referência ou por substituição, também confere qualidade ao produto textual.

3.4.6 CORREÇÃO GRAMATICAL

3.4.6.1 A escrita acurada exige o correto emprego das normas da língua. A correção gramatical, fundamento essencial para a produção de qualquer texto, envolve a ortografia, a acentuação, a pontuação, a concordância e a regência.

3.4.6.2 A escrituração com letra de imprensa (ou de forma) prejudica a ortografia, caso não sejam diferenciadas as letras maiúsculas das minúsculas.

3.4.7 APRESENTAÇÃO

3.4.7.1 A redação de próprio punho – circunstância pouco comum atualmente – é usual nos processos seletivos, de forma geral. Exige cautela e concentração. No caso particular do CP/CAEM e do PS/CAEM, por exemplo, é um parâmetro avaliado no âmbito da expressão escrita.

3.4.7.2 Recomenda-se, em caso de rasuras, a rigorosa observância do que prescrevem as instruções específicas de cada processo preparatório ou seletivo, a fim de evitar penalizações decorrentes de falhas na apresentação do trabalho escrito.

3.4.7.3 Problemas de caligrafia podem sujeitar o autor à depreciação em vários parâmetros de correção, cumulativos ou não, dependendo da forma como o texto afeta a comunicação. O entendimento fica comprometido quando o texto apresenta caracteres deformados, incompletos, indistinguíveis, indiscriminadamente espaçados ou ilegíveis.

3.5 FORMATAÇÃO

3.5.1 A formatação adequada de um trabalho escrito favorece a apresentação e a compreensão. A organização dos argumentos contribui para a absorção do conteúdo transmitido.

3.5.2 Embora não seja obrigatória, a formatação utilizada na redação dos modelos constantes do Capítulo V deste documento é muito adequada às soluções das questões no domínio cognitivo do conhecimento, em especial de processos preparatórios e seletivos da ECEME.

CAPÍTULO IV

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4.1.1 A metodologia para solução de questões destina-se a otimizar a geração de ideias, a argumentação, a construção de um raciocínio lógico (distinguindo o fundamental do supérfluo) e a formulação de soluções para problemas no domínio cognitivo.

4.1.2 Tem por finalidade desenvolver habilidades de grande importância para o oficial, tais como flexibilidade, organização e as capacidades linguística e de raciocínio.

4.1.3 O método se divide em três fases:

- 1. INTERPRETAÇÃO**

2. ESQUEMATIZAÇÃO

3. ESCRITURAÇÃO

4.2 1ª FASE – INTERPRETAÇÃO

4.2.1 A primeira fase do método deve ser cumprida com atenção e meticulosidade. A interpretação define o caminho a seguir, a fim de elaborar uma resposta adequada ao problema proposto.

4.2.2 Conhecer o assunto não é suficiente para garantir a aderência entre a resposta produzida e a questão que se apresenta. É necessário atender ao que foi determinado pelo enunciado.

4.2.3 Portanto, a interpretação consiste em identificar e compreender o significado dos elementos constitutivos da questão proposta, quais sejam:

- a) nível de Desempenho (ND);
 - b) servidão;
 - c) ideia central;
 - d) objeto da questão;
 - e) condicionantes de espaço e de tempo;
 - f) condicionantes do conhecimento;
 - g) condicionantes da servidão: destaque e conclusão imposta; e
 - h) palavras-chave.

4.2.3.1 Nível de desempenho: o método preconiza que o trabalho escrito deve ser estruturado em função do ND. Nesse sentido, em cada nível, a exigência é a seguinte:

4.2.3.1.1 Questões do nível de desempenho “COMPREENSÃO” devem ser estruturadas em duas partes: **INTRODUÇÃO** e **DESENVOLVIMENTO**.

4.2.3.1.2 A solução das questões do nível de desempenho “ANÁLISE”, por sua vez, deve ser redigida em três partes: **INTRODUÇÃO**, **DESENVOLVIMENTO** e **CONCLUSÃO**.

4.2.3.2 Servidão: verbo (analisar, apresentar, caracterizar, comparar, estudar ou justificar) que indica tanto a tarefa a ser realizada como a abordagem a ser feita, além do nível de profundidade exigido da resposta e as particularidades da conclusão (quando aplicável), tudo conforme o que consta nos itens 2.4 e 2.5 do Capítulo II deste Caderno de Ensino.

4.2.3.3 Ideia central: um ente, uma organização, um fato, um período ou processo histórico, uma relação entre duas partes, uma política, um tema da agenda internacional, ou qualquer outro termo que indique como o assunto da questão se manifesta.

4.2.3.4 Objeto da questão: é a definição, com clareza e objetividade, dos limites impostos à ideia central, podendo adotar várias formas. Determina, com exatidão, o que deve ser respondido. Pode coincidir com a ideia central.

4.2.3.5 Condicionantes de espaço e de tempo: elementos que delimitam o escopo da questão proposta, no espaço – qualquer que seja a dimensão (física, humana ou informacional) – e no tempo.

4.2.3.6 Condicionante(s) do conhecimento: termo(s) constante(s) do enunciado da questão proposta que delimita(m) o objeto da questão. A condicionante do conhecimento pode ser uma teoria à luz da qual a resposta deve ser elaborada, um número variado de expressões do poder nacional, ou qualquer outro critério de especificação ou seleção de ideias.

4.2.3.7 Condicionantes da servidão: são verbos no gerúndio que indicam a necessidade de submeter a tarefa proposta a duas circunstâncias específicas, cumulativas ou não: o “**destacando**” e o “**concluindo**”.

4.2.3.7.1 Destaque: aspecto relacionado ao assunto da questão que mereça ser realçado.

4.2.3.7.2 Conclusão imposta: condição que revela a necessidade de agregar novos conhecimentos ao trabalho proposto sob uma perspectiva particular.

4.2.3.8 Palavra-chave: é a essência do elemento a que se refere. Identificar as palavras-chave do objeto da questão, do destaque e da conclusão imposta é primordial, a fim de conservar a coerência da argumentação com o que foi pedido.

4.2.4 O produto da 1ª Fase – INTERPRETAÇÃO é um conjunto de dados que servirão de base para a etapa subsequente do método.

4.2.4.1 O quadro abaixo é um exemplo de como essas informações podem ser organizadas.

ND:	
Servidão:	
Ideia central:	
Objeto da questão:	
Condicionantes do conhecimento	Tempo:
	Espaço:
	Conhecimento:
Condicionantes da servidão	Destaque:
	Conclusão:
Estrutura da solução	() Introdução () Desenvolvimento () Conclusão

4.2.4.2 A seguir, encontram-se alguns exemplos de interpretação de questões.

4.2.4.2.1 Servidão **APRESENTAR:**

Do estudo das relações entre as sociedades e os espaços geográficos, apresentar os principais óbices para o processo de urbanização no Brasil na atualidade, destacando as iniciativas do Estado brasileiro para a redução dos níveis de violência nas metrópoles brasileiras.	
ND: compreensão	
Servidão: apresentar	
Ideia central: processo de urbanização do Brasil	
Objeto da questão: <u>óbices</u> para o processo de urbanização	
Condicionantes do conhecimento	Tempo: atualidade
	Espaço: cidades brasileiras (ambiente físico)
	Conhecimento: relação entre a sociedade e os espaços geográficos
Condicionantes da servidão	Destaque: <u>iniciativas</u> do Estado para redução dos níveis de violência nas metrópoles brasileiras
	Conclusão: não se aplica
Estrutura da solução	(x) Introdução (x) Desenvolvimento () Conclusão

4.2.4.2.2 Servidão CARACTERIZAR:

Caracterizar as relações entre a África e a América Portuguesa, do século XVI ao XIX, destacando as influências desse processo para o Brasil.	
ND: compreensão	
Servidão: caracterizar	
Ideia central: colonização portuguesa	
Objeto da questão: <u>relações</u> entre a África e a América Portuguesa	
Condicionantes do conhecimento	Tempo: séculos XVI a XIX (até 1822)
	Espaço: África e América do Sul
	Conhecimento: não especificado
Condicionantes da servidão	Destaque: <u>influências</u> do processo colonial português para o Brasil (após 1822)
	Conclusão: não se aplica
Estrutura da solução	(x) Introdução (x) Desenvolvimento () Conclusão

4.2.4.2.3 Servidão JUSTIFICAR:

Justificar a importância das Águas Jurisdicionais Brasileiras, considerando o espaço marítimo e as águas interiores, como indutoras do Poder Nacional na atualidade, destacando as ações correntes do Estado voltadas à segurança hídrica do país.	
ND: compreensão	
Servidão: justificar	
Ideia central: Águas Jurisdicionais Brasileiras	
Objeto da questão: <u>importância</u> das Águas Jurisdicionais Brasileiras como indutoras do Poder Nacional	
Condicionantes do conhecimento	Tempo: atualidade
	Espaço: Brasil (ambiente físico)
	Conhecimento: espaço marítimo e águas interiores
Condicionantes da servidão	Destaque: <u>ações</u> correntes do Estado voltadas à segurança hídrica do país
	Conclusão: não se aplica
Estrutura da solução	(x) Introdução (x) Desenvolvimento () Conclusão

4.2.4.2.4 Servidão ESTUDAR:

Estudar as consequências da Revolução Russa, desde a sua eclosão, em 1917, até a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, nos campos <u>político-militar</u> e <u>socioeconômico</u> , destacando seus impactos na América do Sul e no Caribe, e concluindo sobre a sua influência na ascensão de governos socialistas ocorrida a partir do final do século XX, nesta região.	
ND: análise	
Servidão: estudar	
Ideia central: Revolução Russa	
Objeto da questão: <u>consequências</u> da Revolução Russa	
Condicionantes do conhecimento	Tempo: 1917 a 1991
	Espaço: mundo (sob influência da ideologia soviética)
	Conhecimento: campos político-militar e socioeconômico
Condicionantes da servidão	Destaque: <u>impactos</u> na América do Sul e no Caribe
	Conclusão: sua <u>influência</u> na ascensão de governos socialistas na América do Sul e no Caribe
Estrutura da solução	(x) Introdução (x) Desenvolvimento (x) Conclusão

4.2.4.2.5 Servidão ANALISAR:

À luz da Estratégia de Contenção, que teve como precursor o geoestrategista holandês-americano Nicholas John Spykman, analisar o atual antagonismo entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Federação Russa, na Europa, nos campos <u>político</u> e <u>militar</u> , destacando o papel do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas como mecanismo de segurança coletivo mundial, e concluindo sobre a situação da presença militar russa no cenário mundial.	
ND: análise	
Servidão: analisar	
Ideia central: OTAN e Federação Russa	
Objeto da questão: <u>antagonismo</u> entre a OTAN e a Federação Russa	
Condicionantes do conhecimento	Tempo: atualidade
	Espaço: hemisfério norte (América do Norte – Europa – Ásia)
	Conhecimento: à luz da Estratégia da Contenção; campos político e militar
Condicionantes da servidão	Destaque: o <u>papel</u> do CSONU
	Conclusão: a <u>situação</u> da presença militar russa no cenário mundial
Estrutura da solução	(x) Introdução (x) Desenvolvimento (x) Conclusão

4.2.4.2.6 Servidão COMPARAR:

Comparar os processos de independência dos EUA e do Brasil, da segunda metade do século XVIII até 1850, destacando as influências iluministas e ações das metrópoles, concluindo sobre os principais reflexos nas expressões do Poder Nacional em ambos os países.	
ND: análise	
Servidão: comparar	
Ideia central: independência dos EUA e do Brasil	
Objeto da questão: <u>processos</u> de independência dos EUA e do Brasil	
Condicionantes do conhecimento	Tempo: segunda metade do século XVIII até 1850
	Espaço: EUA e Brasil
	Conhecimento: não especificado
Condicionantes da servidão	Destaque: <u>influências</u> iluministas e <u>ações</u> das metrópoles
	Conclusão: os principais <u>reflexos</u> nas expressões do Poder Nacional dos EUA e do Brasil
Estrutura da solução	(x) Introdução (x) Desenvolvimento (x) Conclusão

4.2.4.3 Com relação aos exemplos apresentados anteriormente, os termos que aparecem sublinhados no **objeto da questão**, no **destaque** e na **conclusão imposta** são as **palavras-chave** de cada um desses elementos.

4.3 2ª FASE – ESQUEMATIZAÇÃO

4.3.1 A esquematização é a fase da metodologia destinada a listar e organizar as ideias elencadas, para servir de suporte à redação da solução.

4.3.2 Além de reunir todas as informações que devem constar da solução (incluindo aquelas geradas durante a fase anterior), o esquema deve ser organizado segundo uma sequência lógica, de modo a orientar a escrituração (3ª Fase).

4.3.3 O esquema é uma ferramenta que cumpre duas finalidades: manter a adequação entre a solução e a questão proposta e garantir a conformidade entre as partes da estrutura da solução. Isso evita, por exemplo, que algum aspecto conclusivo não encontre suporte na introdução ou no desenvolvimento.

4.3.4 ESQUEMATIZAÇÃO DA INTRODUÇÃO

4.3.4.1 A introdução é a parte da solução em que o leitor trava contato com a ideia central do texto dissertativo. Deve ser contemplada na esquematização, a fim de que cumpra sua finalidade crítica: ambientar suficientemente o leitor sem, contudo, antecipar ideias do desenvolvimento ou da conclusão, quando aplicável.

4.3.4.2 Como aspecto basilar para ambientar o leitor, a delimitação adequada do assunto, no tempo e no espaço, de forma contextualizada com o enunciado da questão, é outra informação que deve constar da introdução. Sua escrituração não tem uma forma específica, podendo ser feita em um ou mais parágrafos. Contudo, cabe salientar que, se o autor decidir condensar todas essas informações em uma única unidade de composição, seu parágrafo deve ser produzido de forma a atender os preceitos de elaboração textual constantes do item **3.2** do Capítulo III desta publicação.

A localização privilegiada, na porção centro-oriental do subcontinente sul-americano, aliada à sua extensão territorial e vasta área marítima, confere ao Brasil uma notável variedade climática e geográfica. Essa característica resulta em condições favoráveis para o aproveitamento de numerosas opções de energia, de maneira especial, na conjuntura atual, na qual a segurança energética constitui um tema essencial à inserção efetiva dos Estados no Sistema Internacional.⁶

4.3.4.3 A introdução deve, ainda, contemplar as **ideias complementares** – dados que contribuem para o perfeito entendimento do objeto da questão. Tais ideias esclarecem os termos empregados no enunciado, a conjuntura, o momento histórico, ou qualquer outro aspecto que se faça necessário. São informações que escapam da ideia central, mas cuja abordagem é necessária para que o leitor compreenda a solução apresentada.

4.3.4.4 As ideias complementares não devem ser restritas a resumos ou meras repetições de trechos do enunciado da questão, seja por meio de sinônimos ou transcrevendo passagens que não agregam consistência à solução, o que denota uma indesejada ausência de esforço cognitivo do autor.

4.3.4.5 Além disso, o método prescreve que, ao fim da introdução, seja estabelecida sua ligação com o conteúdo subsequente. Esta conexão pode ser efetivada por intermédio de um parágrafo que dispensa a leitura do enunciado, como se a dissertação fosse um documento em forma de artigo.

4.3.5 ESQUEMATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

4.3.5.1 A esquematização do desenvolvimento é procedida pela sua divisão em partes coerentes com o assunto abordado, atendendo às exigências da questão proposta. Este fracionamento é **indispensável** para as servidões que integram o nível de desempenho **análise**, em tantas partes quantas sejam necessárias. No caso do ND **compreensão**, a divisão é **facultativa**.

4.3.5.2 O parâmetro utilizado para este fracionamento deve ser adequado ao objeto da questão e perfazer um raciocínio lógico, no tocante à divisão do todo em partes coerentes. Pode ser indicado pelo enunciado, por intermédio das **condicionantes do conhecimento**, se houver.

⁶ Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

4.3.5.2.1 Exemplo de divisão adequada ao ND “COMPREENSÃO”⁷ (a critério do autor):

2. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA AMAZÔNIA	
a. <u>No contexto nacional brasileiro</u>	b. <u>No contexto internacional</u> ⁸

4.3.5.2.2 Exemplo de divisão adequada ao ND “ANÁLISE”⁹ (necessária):

2. A EVOLUÇÃO DA ÍNDIA COMO POTÊNCIA EMERGENTE, APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	
a. <u>Na expressão política</u>	b. <u>Na expressão econômica</u> ¹⁰

4.3.5.3 Ato contínuo, são levantadas as **ideias que respondem, diretamente, o objeto da questão**, enquadradas conforme a divisão aplicada.

4.3.5.4 Durante a esquematização do desenvolvimento, começam a ser enumeradas, também, as **ideias que atendem ao destaque imposto** pela questão. Este trabalho, paralelo e contínuo, transcorre daí em diante, durante toda a **2ª fase** do método.

4.3.5.5 Ao responder às questões cuja servidão pertence ao nível de desempenho ANÁLISE, as ideias que compõem cada parte do desenvolvimento (condicionantes do conhecimento) devem conduzir o leitor a uma **conclusão parcial**, a ser redigida no final da parte correspondente. O conteúdo deste parágrafo, por sua vez, deve adequar-se à servidão, conforme explicado a seguir.

4.3.5.5.1 A conclusão parcial da servidão **ESTUDAR** é um **resumo** das ideias apresentadas, contemplando aquelas que o autor considera essenciais para o estudo.

4.3.5.5.2 Para a servidão **ANALISAR**, a conclusão parcial é uma **síntese** do conteúdo abordado, consubstanciada em uma ideia nova e dedutiva, coerente com os tópicos frasais que compõem a respectiva parte e seus desdobramentos.

4.3.5.5.3 No caso da servidão **COMPARAR**, as conclusões parciais também são sínteses das ideias apresentadas, com o diferencial de possuírem um fator de comparação comum implícito entre elas.

4.3.5.6 Dessa forma, o desenvolvimento deve atender à servidão e às condicionantes impostas, bem como fundamentar o enfoque proposto ao tema, possibilitando ao autor percorrer esta fase, analisando, estudando, examinando as ideias levantadas ou explicando

⁷ Questão constante do item **5.3.2** do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

⁸ Fragmento reconstruído a partir de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

⁹ Questão constante do item **5.4.1** do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

¹⁰ Extrato adaptado de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

os itens de seu esquema, observando os aspectos solicitados pelas condicionantes.

4.3.5.7 Quando se tratar de uma servidão do nível de desempenho **ANÁLISE**, o desenvolvimento deverá abordar e explicar as ideias que respondem à condicionante “conclusão imposta”, preparando o leitor para a conclusão.

4.3.6 ESQUEMATIZAÇÃO DA CONCLUSÃO

4.3.6.1 É conveniente iniciar a conclusão retornando à ideia central. Essa retomada, porém, exige uma abordagem de caráter dedutivo e com relevância cognitiva.

4.3.6.2 Outro elemento essencial que integra o conteúdo das conclusões é o **resumo** ou a **síntese**, a depender da servidão. Esta parte da solução é redigida da mesma forma que as conclusões parciais, anteriormente explicadas nos itens 2.5.1 e 2.5.2.

4.3.6.2.1 A servidão **ESTUDAR** exige a elaboração de um resumo, o qual deve contemplar as principais ideias do texto elaborado. Trata-se de um parágrafo que reúne os argumentos essenciais constantes das conclusões parciais.

Em resumo, a evolução da Índia como potência emergente, após a Segunda Guerra Mundial, evidencia a passagem por processos de evolução política, iniciada com a consolidação da democracia no país até a constituição de um Estado nuclear. A estrutura econômica migrou de um perfil estatizante para uma conjuntura recente de economia liberal, calcada em tecnologia avançada. Essa evolução histórica permitiu inserir a Índia em um contexto de Estado influente na atual Ordem Mundial, o que lhe credencia a disputar, nas décadas vindouras, a liderança econômica global.¹¹

4.3.6.2.2 A síntese da servidão **ANALISAR** deve conter uma ideia nova, coerente com os argumentos apresentados e que integra a essência das conclusões parciais.

Em síntese, as causas da guerra entre Rússia e Ucrânia, nas expressões política e econômica, são diretamente associadas às aspirações russas de contestar a Ordem Mundial vigente, marcada pela hegemonia econômica e militar norte-americana, visando a recuperar seu protagonismo no Sistema Internacional, perdido desde o término da Guerra Fria. Desse modo, observa-se uma busca por projeção de poder, sobretudo no leste europeu, a fim de criar uma área de influência contígua ao seu território e evitar que a soberania de suas fronteiras seja ameaçada, como ocorrido em grandes guerras das quais participou ao longo dos séculos.¹¹

4.3.6.2.3 A síntese da **COMPARAÇÃO** tem a particularidade de possuir uma ideia dedutiva e integradora, tal qual na servidão **ANALISAR**, e apresentar o resultado da comparação propriamente dita.

¹¹ Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

Em síntese, o Poder Militar dos EUA aplicado na Guerra do Golfo foi significativamente superior ao que foi aplicado na Guerra do Vietnã. O emprego do referido poder no conflito vietnamita não foi eficiente para a conquista dos objetivos político-militares traçados, refletindo um país que ainda buscava consolidar sua projeção de poder no mundo bipolar da Guerra Fria. Já na 1ª Guerra do Golfo, diferente do Vietnã, o Poder Militar dos EUA mostrou-se perfeitamente adequado às especificidades dos fatores da decisão e do ambiente operacional, denotando o perfil hegemônico que o país já consolidara à época.¹²

**A NÃO OBSERVÂNCIA DAS PREMISSAS ATINENTES À SÍNTESE DAS
SERVIDÕES ANALISAR E COMPARAR ACARRETA FALHAS QUE
COMPROMETEM A QUALIDADE DA PARTE CONCLUSIVA DO TRABALHO.**¹³

4.3.6.3 Definida a síntese (ou resumo), é necessário enumerar as ideias conclusivas, que geralmente são impostas pelo enunciado da questão. Caso não haja essa imposição, serão determinadas pelo autor.

4.3.6.4 No tocante aos parágrafos conclusivos, **é imprescindível que as ideias encontrem suporte no desenvolvimento**, a fim de evitar que os argumentos sejam absolutamente inéditos ou incoerentes com o texto produzido.

4.3.7 PRODUTO DA ESQUEMATIZAÇÃO

4.3.7.1 O produto da 2ª Fase é um esquema que vai orientar a escrituração da solução. Pode ser elaborado seguindo um dos modelos abaixo, que variam em função do nível de desempenho da questão.

4.3.7.1.1 Modelo de esquematização de uma solução do ND COMPREENSÃO:

1. INTRODUÇÃO - Ideia central. - Delimitação (espaço/ tempo). - Ideia(s) complementar(es). - Ligação com o desenvolvimento.	Destaques
--	--

¹² Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

¹³ As falhas neste quesito se manifestam por: transcrição de trechos repetitivos ou irrelevantes; redundância na apresentação de ideias; confecção de resumo, ao invés de apresentar uma ideia integradora e englobante; síntese que, ao invés de integrar, aborda as ideias de cada conclusão parcial de maneira fracionada; síntese sem uma argumentação vinculada à ideia integradora; síntese descontextualizada com a palavra-chave do objeto da questão (elemento norteador da ideia sintetizadora); ou síntese incoerente e dissociada das ideias integradoras de cada conclusão parcial.

2. DESENVOLVIMENTO

- a. Título da ideia 1
 - argumentação / dados
- b. Título da ideia 2
 - argumentação / dados
- c. Título da ideia 3
 - argumentação / dados [...]

4.3.7.1.2 Modelo de esquematização de uma solução do ND ANÁLISE:

1. INTRODUÇÃO - Ideia central. - Delimitação (espaço/ tempo). - Ideia(s) complementar(es). - Ligação com o desenvolvimento.	Destaques
2. DESENVOLVIMENTO	
a. <u>Título da 1ª parte</u> - Ideias relacionadas ao título da parte - 1ª conclusão parcial.	b. <u>Título da 2ª parte</u> - Ideias relacionadas ao título da parte - 2ª conclusão parcial.
3. CONCLUSÃO - Retomada da ideia central. - Síntese (ou resumo). - Ideias que atendem à conclusão imposta. - Parágrafo conclusivo.	

4.3.7.2 Servem como referência de esquematização os exemplos a seguir apresentados, que foram formulados com base nos modelos anteriores.

4.3.7.2.1 Exemplo de esquematização de uma solução do ND COMPREENSÃO¹⁴:

1. INTRODUÇÃO - Etta geração de energia / Brasil. - Extensão territorial; variedade climática; recursos naturais energéticos. - Questões ambientais; busca por fontes Altu. - Nec: equilibrar a matriz; reduzir dependência. - Ligação com o desenvolvimento.	
2. DESENVOLVIMENTO a. <u>Diversificação da estrutura de geração</u> D¹⁵ - HE, solar, biomassa, eólica, nuclear, Petro e GN b. <u>Predominância hidrelétrica</u> - 40% do mercado, água abundante e topografia c. <u>Investimento em energia eólica</u> B¹⁵ - Mais de 13%. Em expansão. Condi climáticas favoráveis (Pcp NE). d. <u>Ampliação da utilização de energia solar</u> A¹⁵ - Quase 10%. Queda de custos. e. <u>Relevância das termelétricas</u> C¹⁵ - 13%. Rapidez e flexibilidade. Reserva. f. <u>Contribuição da biomassa</u> G¹⁵ - Abundância de insumos (resíduos). Renovável e sustentável. g. <u>Protagonismo do petróleo e do gás natural</u> - Quase metade da geração de energia do país. Importância estratégica (Trnp). Reservas nacionais. h. <u>Óbices da participação do carvão mineral</u> F¹⁵ - Impactos ambientais. Declínio gradativo. i. <u>Potencial da energia nuclear</u> - Grande potencial de ampliação. Previsão de construção de novas usinas. j. <u>Energia maremotriz</u> - Pecém, CE. Potencial significativo. Litoral extenso. k. <u>Integração das estruturas de geração</u> E¹⁵ - SIN: 14.000 Km de linhas de transmissão.	Destaques: (iniciativas do Estado) A) Desburocratização ("minha casa, minha energia solar") B) Leilões de energia C) Dsv Tecnologias menos poluentes D) Investimentos em P&D E) Sustentabilidade energética associada ao Dsv regional F) Descarbonização G) Pol Nac biocombustíveis

¹⁴ Questão constante do item **5.3.1** do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

¹⁵ Emprego de um código de associação para vincular os destaques às ideias do desenvolvimento, a fim de facilitar a escrituração, em fase posterior.

4.3.7.2.2 Exemplo de esquematização de uma solução do ND ANÁLISE¹⁶:

1. INTRODUÇÃO - Invasão da RUS à UKR. Impacto mundial. - UKR: leste europeu. Fron (BLR, HUN, ...) - RUS: N Eurásia. Fron (CHN, KAZ, NOR...) - Guerra de alta intensidade em curso. - Relação histórica (URSS, CEI). - SI multipolar e instável. Relevância do Poder militar. - Ligação com o desenvolvimento.	Destaques: A) SYR e PRK apoiam a Rússia na ocupação da região do Donbas. B) CHN - postura de relativa neutralidade. C) Irã fornece MEM à Rússia. D) TUR controla estreitos (BOS/DAR). E) Membros da UE apoiam esforço de guerra da Ucrânia. Ajuda militar e Fin. F) PRK fornece MEM à Rússia.
2. DESENVOLVIMENTO a. <u>Expressão política</u> - OTAN expende para o leste. Rússia perde área de influência. I¹⁷ - Rússia fomenta separatismo no leste da Ucrânia. A¹⁸, II¹⁷ - Rússia ocupa Crimeia em 2014. Influência de relações históricas. B¹⁸ - Ressentimentos russos. Fronteiras invadidas no passado. - Estratégia imperialista russa. IV¹⁷ - <u>Conclusão parcial</u>: causas políticas e os conflitos passados. Preservação de fronteiras. Repercussão global.	b. <u>Expressão econômica</u> - Interesse russo em Ros Estrt ucranianos. Commodities agrícolas e minerais. C¹⁸ - Controle de rotas marítimas. Comércio de hidrocarbonetos. D¹⁸ - Rivalidade econômica RUS x UKR. Prox. UE potencializa antagonismo. E¹⁸ - Guerra fomento BID russa. F¹⁸, III¹⁷ - <u>Conclusão parcial</u>: causas econômicas e visão de crescimento econômico russo. Hidrocarbonetos e rotas marítimas têm importância estratégica.
3. CONCLUSÃO - Guerra RUS X UKR quebra paradigmas – coexistência dos conflitos irregulares e assimétricos. TTP tradicionais empregadas na atualidade. - Em síntese, as causas da guerra e a contestação russa da Ordem Mundial vigente. Projeção de poder internacional. Expansão de área de influência sobre a Ucrânia. - Conclusões impostas: I) Afinidades e alianças geopolíticas. Membros da OTAN apoiam com capacidades militares e MEM em favor da Ucrânia. II) Capacidade de mobilização de contingentes militares. Convocação de reservistas, iniciativas diversas. Grandes perdas em combate e o completamento de pessoal. III) Investimento em tecnologia disruptiva. Novos MEM – letalidade seletiva, grandes alcances. Desequilíbrio do combate. IV) Aplicabilidade perene das tradicionais TTP. Importância - artilharia e meios Bld para RUS e UKR. - Por fim, guerra RUS e UKR: potencial p/ ampliar participação e intensidade dos conflitos.	

¹⁶ Questão constante do item 5.4.2 do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

¹⁷ Emprego de um código de associação para vincular as conclusões impostas às ideias do desenvolvimento, por intermédio de “ganchos”, a fim de facilitar a escrituração, em fase posterior.

¹⁸ Emprego de um código de associação para vincular os destaques às ideias do desenvolvimento, a fim de facilitar a escrituração, em fase posterior.

4.3.7.3 Como é possível observar nos exemplos anteriores, **o produto da esquematização não é finalístico**, podendo conter frases soltas, termos abreviados, códigos de associação, ou qualquer outra forma de exposição das informações que oriente a escrituração, a critério do autor¹⁹.

4.3.7.4 O nível de detalhamento do esquema é variável. Quanto mais completo, mais facilita o cumprimento da fase seguinte, a de escrituração. Cabe ao autor avaliar a necessidade de aprofundamento deste produto, em função do tempo disponível, da amplitude de seu conhecimento do assunto e do nível de treinamento obtido.

4.3.7.5 As ideias listadas, portanto, estão sujeitas a modificações posteriores, durante a escrituração. Tais mudanças podem se manifestar pela adição, readequação, substituição, ou mesmo supressão de ideias levantadas até o término desta fase.

4.3.8 PECULIARIDADES DA SERVIDÃO “COMPARAR”

4.3.8.1 Comparar pressupõe avaliar um elemento em relação a outro. Por esse motivo, o primeiro passo da comparação é a identificação, no objeto da questão, dos objetos a serem comparados.

4.3.8.2 A partir de então, é necessário estabelecer **fatores de comparação** – comuns aos respectivos objetos, evidentemente – para compor a essência dos tópicos frasais das ideias de cada parte do desenvolvimento. Em última análise, a abordagem de cada fator consolidará a comparação entre os objetos.

4.3.8.3 A esquematização das questões cuja servidão é **comparar** admite formas distintas, que variam conforme o assunto, os objetos de comparação, a opção do autor, entre outras circunstâncias. Dessa forma, serão apresentadas três maneiras de realizar a comparação:

1º Formato	2º Formato	3º Formato
Comparação desde o início do desenvolvimento	Comparação na segunda subdivisão do desenvolvimento	Comparação na terceira subdivisão do desenvolvimento

4.3.8.4 O Capítulo V desta publicação traz um exemplo de solução a uma questão da servidão **comparar** redigido no 2º formato. A seguir, encontram-se trechos similares, reescritos para servir de modelo de abordagem para cada um dos demais casos. Nesse contexto, para fins didáticos, o respectivo enunciado sofreu pequenas alterações, conforme a seguir:

¹⁹ Os exemplos apresentados trouxeram um grande número de abreviaturas, em detrimento da absoluta observância de regras gramaticais, de forma proposital. O que se pretende caracterizar é a necessidade de confeccionar os esquemas de forma dinâmica, priorizando a efetiva geração de ideias que atendam à questão proposta e suas condicionantes.

Comparar o Poder Militar dos Estados Unidos da América (EUA) na Guerra do Vietnã (1955-1975) com o aplicado na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991), nas expressões política e militar, **destacando** as evoluções para a Arte da Guerra nos conflitos decorrentes e **concluindo** quanto à influência militar norte-americana na Ásia entre o final da 2ª Guerra Mundial e a primeira década do século XXI, inclusive.²⁰

4.3.8.5 1º FORMATO

4.3.8.5.1 O 1º formato é aquele no qual o texto produzido **aborda os objetos de comparação de maneira concomitante**. Nesta configuração, a **divisão** do todo em partes é **balizada pelas condicionantes do conhecimento**, ocorrendo a comparação desde o início do desenvolvimento.

a. Comparação do Poder Militar dos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975) com o aplicado na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991), na expressão política

Em relação à legitimidade política, os EUA contaram com respaldo político consideravelmente mais significativo na Guerra do Golfo do que em relação ao vivenciado na campanha do Vietnã. Enquanto no Vietnã as denúncias de atrocidades cometidas por militares norte-americanos, associadas à grande quantidade de estadunidenses mortos em combate, geraram repúdio por parte dos organismos internacionais, na 1ª Guerra do Golfo houve um importante respaldo obtido junto ao maior organismo internacional em vigor, a ONU, concedendo maior liberdade de ação às operações militares americana [...]

b. Comparação do Poder Militar dos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975) com o aplicado na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991), na expressão militar

No tocante aos meios empregados, de maneira semelhante em ambos os conflitos, os EUA utilizaram, em larga escala, seus meios aéreos, sobretudo os aviões bombardeiros. No Vietnã, houve amplas campanhas de bombardeio estratégico contra cidades do norte, associadas ao emprego de armas químicas em larga escala. Já na Guerra do Golfo, o emprego de aeronaves como o F-111 apresentou uma peculiaridade, uma vez que os bombardeiros fizeram-se acompanhar de sofisticados mísseis [...]²¹

4.3.8.5.2 Nem todos os enunciados possuem condicionantes de conhecimento explicitamente redigidas. Nesses casos, a opção pelo 1º formato exige que seja arbitrada, com base no enunciado, uma divisão do desenvolvimento adequada ao atendimento do pedido.

²⁰ Extrato adaptado do enunciado de questão constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

²¹ Fragmento reconstruído a partir de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

4.3.8.6 2º FORMATO

4.3.8.6.1 No 2º formato, **cada subdivisão** do desenvolvimento aborda **um dos objetos de comparação**, contemplando todas as condicionantes de conhecimento. O texto produzido na primeira parte é análogo ao método empregado na servidão **analisar** até o parágrafo de conclusão parcial, inclusive.

4.3.8.6.2 Na segunda subdivisão do desenvolvimento, por sua vez, ocorre a análise do segundo objeto, seguida da comparação com as ideias da parte anterior.

4.3.8.7 3º FORMATO

4.3.8.7.1 O 3º formato é aquele em que, nas duas primeiras partes do desenvolvimento, a escrituração do título e a geração das ideias são feitas à semelhança da servidão **analisar**. Para processar a comparação, neste caso, abre-se uma **terceira subdivisão** do desenvolvimento.

a. O Poder Militar dos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975) nas expressões política e militar

O adestramento das forças norte-americanas não era adequado para o ambiente operacional de selva e para as operações conjuntas entre suas forças singulares. Como consequência, houve um expressivo aumento no tempo de duração da guerra, assim como na intensidade de bombardeios indiscriminados [...]

[...]

b. O Poder Militar dos EUA na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991) nas expressões política e militar

O adestramento executado pelos norte-americanos na campanha do Golfo Pérsico permitiu a melhor exploração do seu poder de combate. O minucioso estudo dos fatores da decisão, associado às experiências a partir de conflitos anteriores, permitiu que os EUA aliassem o avanço tecnológico dos seus meios à forma de manobra concebida para alcançar seus objetivos estratégicos no conflito [...]

[...]

c. Comparação do Poder Militar dos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975) com o aplicado na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991) nas expressões política e militar

No tocante ao adestramento, este foi mais efetivo durante a Guerra do Golfo do que o observado na Guerra do Vietnã. A invasão norte-americana no Iraque, além de não incorrer nas falhas ligadas ao estudo impreciso do ambiente operacional e do inimigo, observadas no Vietnã, contou com capacidades relacionadas à iniciativa e tomada de decisão, por meio de informações atualizadas e oportunas [...] ²²

²² Fragmento reformulado a partir de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino.

4.3.8.7.2 O 3º formato tem como característica a dificuldade de ser empregado em soluções escritas, pois, em textos dissertativos, pode comprometer a objetividade e a clareza. É mais adequado aos assessoramentos, quando transmitidos oralmente ou por intermédio de apresentações multimídia.

**OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO ENUNCIADO SUSCITAM O
FORMATO DE COMPARAÇÃO MAIS ADEQUADO À SOLUÇÃO.**

4.4 3ª FASE – ESCRITURAÇÃO

4.4.1 A escrituração é a etapa em que o autor emprega as técnicas de redação descritas no Capítulo III para converter seu esquema em um texto dissertativo.

**AO REDIGIR SUA SOLUÇÃO, O AUTOR DEVERÁ:
ACREDITAR NA SUA INTERPRETAÇÃO E NO SEU ESQUEMA;
ELABORAR UMA REDAÇÃO DE FÁCIL COMPREENSÃO;
ATENDER À SERVIDÃO COM A PROFUNDIDADE DE RACIOCÍNIO EXIGIDA; e
RESOLVER A QUESTÃO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO.**

4.4.2 É essencial, nesta fase do método, que o texto produzido responda à questão proposta, de forma assertiva. Para tal, o produto da escrituração deve ter total **aderência ao pedido, por intermédio das palavras-chave** dos elementos que compõem o enunciado (objeto da questão, destaque e conclusão imposta).

4.4.3 Vale frisar que nas soluções do ND COMPREENSÃO, o título de cada ideia, atrelado ao objeto da questão, não é considerado o tópico frasal do parágrafo. Assim, as explanações do item 3.2 devem ser seguidas.

4.4.4 A fim de servir à metodologia em pauta, os exemplos apresentados no capítulo anterior ilustram a constituição básica do parágrafo de um texto dissertativo acrescido de um elemento complementar, cuja função é conectar a ideia transmitida por um parágrafo com a questão proposta: o “e daí” daquela unidade de composição.

4.4.5 A função desse elemento complementar é estabelecer uma **ligação entre a ideia e a questão proposta**. A conexão é eficaz quando a ideia-chave do parágrafo corrobora para a solução do problema apresentado. Essa contribuição se torna efetiva com a conexão do argumento a um dos componentes do enunciado (o objeto da questão, a conclusão imposta, entre outros).

As riquezas naturais amazônicas atraem diversos recursos externos para o Brasil. O Banco Mundial financia iniciativas de sustentabilidade em áreas do estado do Amazonas, e de conservação e manejo sustentável no Parque Nacional do Juruena, no estado do Mato Grosso. Nesse contexto, a World Wide Fund for Nature Inc. (WWF) direciona recursos para a preservação da biodiversidade, como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Mamirauá, no Amazonas. Desse modo, há um beneficiamento das condições sociais das comunidades locais na região amazônica. Destaca-se que estas iniciativas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região, demonstrando um equilíbrio entre preservação ambiental e crescimento sustentável.²³

4.4.6 O uso dos elementos de ligação ora descritos é determinante para obter a aderência já mencionada. O “e daí” ajuda a dar sentido completo aos parágrafos, sobretudo do desenvolvimento, de modo que estes **contribuam efetivamente para responder o pedido da questão**.

4.4.7 Os argumentos que respondem à condicionante “destacando” devem compor a solução de forma complementar. Dessa forma, tais ideias devem ser associadas aos argumentos que atendem ao objeto da questão, obedecendo aos parâmetros de avaliação da expressão escrita (coerência e coesão).

NÃO É ADEQUADA A ELABORAÇÃO DE PARÁGRAFOS QUE ATENDAM EXCLUSIVAMENTE AO DESTAQUE IMPOSTO PELO ENUNCIADO, POR CONTRARIAR O MÉTODO.

4.4.8 As ideias que respondem à palavra-chave da conclusão imposta são desenvolvidas – como o próprio nome já infere – na parte do desenvolvimento. Na parte conclusiva da solução, essas ideias são apresentadas, de forma sucinta, sem abordar novos detalhes ou exemplos.

4.4.9 As explicações das ideias que respondem à conclusão imposta, além de precisamente posicionadas nos parágrafos que as acolham em melhores condições, devem ser originais, não podendo se limitar à mera cópia de fragmentos do enunciado.

No que se refere à doutrina, o Poder Militar dos EUA fez larga utilização das táticas e estratégias aplicadas na Segunda Guerra Mundial. Houve emprego massivo de grandes efetivos, de meios aéreos, como os helicópteros UH-1, além de armas químicas, o que ampliou a letalidade do combate. Nesse sentido, a mentalidade da necessidade da presença militar calcada no tamanho da força levou ao robustecimento das bases norte-americanas na Ásia, notadamente no Japão, que passou a diminuir seus investimentos militares e a terceirizar sua segurança nacional para os EUA. Destaca-se como evolução para a Arte da Guerra o fato de o inimigo adotar, com sucesso, táticas de guerrilha e técnicas de emboscada na área de selva, utilizando judiciosamente o terreno e empregando o princípio da surpresa contra um oponente com maior poder de combate.²⁴

²³ Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino que traz, em realce, a relação de causa e efeito – o “e daí” – do parágrafo (grifo nosso).

²⁴ Extrato de solução constante do Capítulo V deste Caderno de Ensino que traz, em realce, o “gancho” (elemento de ligação) que remete à conclusão imposta (grifo nosso).

4.4.10 É importante mencionar que a reescrituração do enunciado para produzir qualquer tipo de ligação, sem consubstanciar um conhecimento produzido, constitui uma falha na aplicação da metodologia.

**AS FALHAS SE MANIFESTAM NA ESCRITURAÇÃO,
MAS REFLETEM, MUITAS VEZES, ERROS COMETIDOS
EM FASES ANTERIORES DO MÉTODO.**

4.4.11 O encerramento da conclusão é feito por um parágrafo de fechamento. Esta unidade de composição deve caracterizar o término do trabalho, de maneira coerente com o raciocínio desenvolvido. Desse modo, o fecho deve ser compatível com a profundidade intelectual apresentada ao longo da solução, seja de forma abrangente, vinculado à ideia central da questão, seja de forma mais específica, associado a qualquer uma das partes do enunciado.

**A ESCRITURAÇÃO É, INTELLECTUALMENTE,
A PARTE MAIS FÁCIL DO TRABALHO.
POR OUTRO LADO, É A FASE MAIS
TRABALHOSA E CANSATIVA.
ESCREVER CORRETAMENTE EXIGE TREINAMENTO.**

CAPÍTULO V

EXEMPLOS

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5.1.1 Este capítulo se propõe a demonstrar o emprego dos fundamentos apresentados ao longo deste Caderno de Ensino, de modo a permitir uma melhor assimilação da aplicação da expressão escrita e do método para a solução de questões que demandem alto grau de esforço cognitivo.

5.1.2 Há que se considerar, ainda, a individualidade do autor ao aplicar os recursos da língua portuguesa na escrituração de documentos. Sobre esse aspecto incidem, de maneira determinante, o tempo disponível e o nível de treinamento atingido, particularmente quando se trata de avaliações escritas.

5.1.3 Em função dessas considerações, os exemplos a seguir não devem ser tratados como absolutos e imutáveis, do ponto de vista da aplicação do método e de técnicas de redação. Sua finalidade é constituir uma referência na qual foram aplicados os fundamentos apresentados nos capítulos anteriores.

5.2 SERVIDÕES DO ND COMPREENSÃO

5.2.1 Apresentar

Apresentar os principais aspectos da estrutura de geração de energia no Brasil na atualidade, **destacando** as iniciativas do Estado brasileiro voltadas a sua sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A estrutura de geração de energia no Brasil abrange variadas fontes, formas e instalações, cujas características específicas contribuem, de forma única, para a matriz energética brasileira, possibilitando o abastecimento dos diversos setores da economia e da população em geral.

A localização privilegiada, na porção centro-oriental do subcontinente sul-americano, aliada à sua extensão territorial e vasta área marítima, confere ao Brasil uma notável variedade climática e geográfica. Essa característica resulta em condições favoráveis para o aproveitamento de numerosas opções de energia, de maneira especial na conjuntura atual, na qual a segurança energética constitui um tema essencial à inserção efetiva dos Estados no Sistema Internacional.

Nesse contexto, o Estado Brasileiro tem assumido um papel proativo na busca por alternativas sustentáveis, convergentes com as questões ambientais preconizadas na atual Agenda Internacional e impulsionando iniciativas que visam a ampliar a sua participação e a reduzir a emissão de gases poluentes.

A equalização da matriz energética evita que o país dependa exclusivamente de uma determinada fonte, ficando sujeito a instabilidades no fornecimento de recursos naturais decorrentes de eventos naturais ou crises geopolíticas de toda ordem. Este equilíbrio contribui para a manutenção do abastecimento e para a redução dos impactos ambientais associados à geração de energia.

A seguir, os principais aspectos da estrutura de geração de energia no Brasil na atualidade, serão apresentados, destacando-se as iniciativas do Estado Brasileiro voltadas a sua sustentabilidade.

2. DESENVOLVIMENTO

a. Diversificação da estrutura de geração

A variedade de fontes da matriz energética brasileira é um aspecto característico da estrutura de geração de energia do país. Esta matriz é composta por fontes renováveis, como hidrelétricas, solar, biomassa e eólica, além de fontes não renováveis, como nuclear, petróleo e gás natural. Essa diversificação é fundamental para o enfrentamento dos desafios climáticos e econômicos, além de garantir o acesso à energia pela população e de impulsionar o desenvolvimento industrial, constituindo-se como um importante fator produtivo para a economia nacional. Cabe destacar que a diversificação da matriz é um processo contínuo, que exige iniciativas do Estado voltadas a investimentos constantes em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

b. Predominância hidrelétrica

A hidroeletricidade ocupa a maior parcela da matriz energética brasileira. Considerada uma “energia limpa”, ela responde por cerca de 40% de toda a energia consumida no país, sendo favorecida por fatores como abundância de recursos hídricos, topografia adequada e histórico de investimento em hidrelétricas, o que beneficia a segurança energética brasileira a partir de fontes sustentáveis e de baixo custo.

c. Investimento em energia eólica

O fomento à exploração da energia eólica no Brasil representa um dos pilares da transição energética nacional, com cerca de 13,2% da matriz energética brasileira. Essa realidade ocorre a partir de uma vocação natural do país para o aproveitamento dessa fonte, associada às condições climáticas favoráveis e aos ventos fortes e constantes, principalmente na Região Nordeste, o que contribui para uma maior competitividade da energia eólica em relação às fontes tradicionais. Ressalta-se que este cenário favorável é impulsionado pela iniciativa do Estado em realizar leilões de energia, que garantem a compra de energia eólica a preços competitivos pela iniciativa privada.

d. Utilização de energia solar

O maior investimento em energia solar se destaca como um dos aspectos favoráveis da diversificação da matriz energética brasileira, respondendo por aproximadamente 9,7%. Essa fonte de energia é impulsionada por fatores como a abundância de irradiação solar, a queda dos custos da tecnologia fotovoltaica e o crescimento do mercado de geração de energia, favorecendo o aumento da consciência ambiental da população. Vale salientar que o governo brasileiro desburocratizou o processo de instalação de painéis solares, tornando-o mais acessível e viável para consumidores residenciais e empresas, por meio da criação do programa “Minha casa, minha energia solar”.

e. Relevância das termelétricas

As termelétricas assumem um papel crucial na matriz energética brasileira, contribuindo com cerca de 13% do total de energia produzida do país. Em que pese a emissão de gases de efeito estufa, as termelétricas são importantes por sua capacidade de geração de energia rápida e flexível. Essa fonte serve como reserva para o sistema elétrico nacional, especialmente em períodos de seca, quando a produção hidrelétrica é reduzida, garantindo a provisão energética para a sociedade e economia do país. Frisa-se que o Estado tem procurado empregar tecnologias mais eficientes e menos poluentes na construção desse tipo de estrutura, como as usinas termelétricas a gás natural, cruciais para conciliar a demanda com a preservação do meio ambiente.

f. Contribuição da biomassa

A biomassa ocupa uma posição fundamental na geração de energia no Brasil, representando mais de 8% da energia total consumida. É favorecida pela abundância de insumos, como resíduos agrícolas e florestais e o bagaço da cana-de-açúcar, indo ao encontro da crescente demanda por energia renovável e sustentável. Vale destacar a Política Nacional de Biocombustíveis como uma iniciativa que estabelece metas de descarbonização e de incentivo à produção e ao consumo de biocombustíveis no país.

g. O protagonismo do petróleo e do gás natural

O petróleo e o gás natural representam a maior parcela das fontes de energia produzida no Brasil, assumindo, respectivamente, aproximados 35,7% e 10% da matriz nacional. Além de essenciais a vários modais de transporte, ambas as fontes são utilizadas em diversos setores da economia, como na indústria, na agricultura e na geração de energia térmica. O Brasil possui reservas significativas de petróleo e de gás natural, como a de Campos e a de Santos, contribuindo para reduzir a dependência do país da importação desses hidrocarbonetos, assim como para limitar a vulnerabilidade à volatilidade dos preços desses produtos no mercado internacional.

h. Os óbices da produção de energia provida pelo carvão mineral

O carvão mineral enfrenta um cenário desafiador, apesar do relevante papel na matriz energética nacional. Sua participação vem declinando gradativamente, em função dos impactos ambientais e da crescente competitividade de fontes renováveis. Nesse sentido, a queima do carvão mineral gera emissões significativas de gases de efeito estufa, como o CO₂, que contribuem para o aquecimento global, causando impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente. Cabe ressaltar que o Estado tem se comprometido com a descarbonização da matriz energética, incentivando a desativação gradual de usinas termelétricas mais antigas e poluentes.

i. O potencial da energia nuclear

A energia nuclear constitui uma importante fonte de energia, com participação de cerca de 3% da matriz energética nacional e com potencial significativo para expansão. Atualmente, o Brasil opera as usinas de Angra 1 e Angra 2, tendo a previsão de construção de até oito usinas até 2050. Essa expansão visa a atender ao crescente consumo de energia no país, diversificando a matriz nacional com fontes que reduzem a emissão de gases do efeito estufa.

j. O desenvolvimento da energia maremotriz

A usina de Pecém, no Ceará, é a única usina maremotriz em operação no país, com capacidade instalada de 2,3 MW. Embora com uma participação ainda incipiente, o Brasil possui um grande potencial de energia maremotriz, em especial, no litoral do Amapá, onde o fenômeno das marés é mais acentuado, podendo-se alcançar a produção de até 10 GW. Assim, vislumbra-se o desenvolvimento de novas tecnologias e a redução dos custos de produção, ampliando a disponibilidade de fontes energéticas sustentáveis no país.

k. Integração das estruturas de geração

O Brasil tem sido capaz de combinar recursos como hidrelétricas, usinas termelétricas, eólicas e solares para garantir um suprimento estável e sustentável de energia elétrica. Com mais de 14.000 Km de linhas de transmissão de alta tensão, o Sistema Interligado Nacional (SIN) possibilita a transferência de energia entre as diversas regiões do país, garantindo uma oferta segura de eletricidade. Merece destaque o fato de o Estado brasileiro, por meio do SIN, associar a sustentabilidade energética ao desenvolvimento regional e à integração nacional, caracterizando uma estratégia abrangente e de longo prazo.

5.2.2 Caracterizar

Caracterizar a independência dos Estados Unidos da América (EUA) (1776), nas expressões econômica, política e psicossocial, **destacando** sua influência no cenário mundial até o século XIX.

1. INTRODUÇÃO

A independência dos Estados Unidos da América (EUA) ocorreu no contexto da crise do Antigo Regime absolutista e aristocrático, sendo o primeiro movimento de emancipação de uma colônia americana, razão pela qual influenciou os destinos políticos dos demais países do continente.

A estrutura colonial inglesa na América do Norte localizava-se na costa leste do continente, onde foram estabelecidas as chamadas 13 Colônias, no período de 1607 a 1776. Sua posição estratégica, entre o Oceano Atlântico, os Grandes Lagos e o Vale do Rio Ohio, deu lugar a uma colônia de povoamento voltada à produção agrícola.

Ainda em 1651, por intermédio dos Atos de Navegação promulgados por Oliver Cromwell, a Inglaterra estabeleceu o monopólio comercial para seus domínios coloniais. No entanto, a relação entre os ingleses e suas posses territoriais americanas foi marcada pela “negligência salutar”, política que preconizava uma interferência branda em seus domínios, o que permitiu maior liberdade econômica e política aos colonos americanos durante muito tempo.

A partir de meados do século XVIII, a Inglaterra vivenciou sua primeira Revolução Industrial, com a qual obteve grande crescimento econômico, com reflexos significativos para suas colônias. A corrente ideológica vigente nesse contexto histórico foi marcada pelo Iluminismo, que pregava a igualdade entre os homens, a divisão dos poderes estatais, o fim dos privilégios e o direito de revolta contra a opressão. Esta conjuntura provocaria, pouco tempo depois, movimentos emancipacionistas de toda ordem.

A seguir, será caracterizada a independência dos EUA (1776), nas expressões econômica, política e psicossocial, destacando sua influência no cenário mundial até o século XIX.

2. DESENVOLVIMENTO

a. A Independência dos EUA na expressão econômica

1) Autonomia econômica das colônias

Antes da Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763), entre Inglaterra e França, as 13 Colônias, em especial as localizadas no centro e no norte, viviam ampla autonomia econômica. Eram baseadas no comércio e nas pequenas propriedades. Suas relações comerciais intercoloniais e externas, com as Antilhas, África, Península Ibérica e até com a própria Inglaterra, favoreceram o surgimento de centros urbanos e a produção de manufaturados. Destaca-se que tal conjuntura estimulou a livre iniciativa, princípio do pensamento econômico liberal, contrário à regulação estatal excessiva, que se expandiu pelo mundo a partir do século XVIII.

2.) Recrudescimento do Pacto Colonial

O fim da Guerra dos Sete Anos provocou um agravamento das medidas do Pacto Colonial por parte da Inglaterra sobre as 13 Colônias. Os ingleses criaram diversos tributos voltados à maior arrecadação de receitas para suprir os gastos com a guerra e aumentar os mecanismos de fiscalização, como: a Lei da Moeda (1764), a qual restringiu a emissão de papel-moeda nas colônias; a Lei do Açúcar (1764), que impôs taxas sobre o açúcar importado; e os Atos Townshend (1767), que determinaram a cobrança de impostos sobre diversos produtos importados, tais como a tinta e o chá. Dessa forma, essas medidas fomentaram a insatisfação e o desejo de reverter o panorama econômico vivenciado pelas colônias americanas.

3.) Monopólio inglês sobre o comércio do chá

A Inglaterra estipulou a Lei do Chá em 1773, que determinava que a Companhia das Índias Orientais detinha o monopólio da venda de chá para as 13 Colônias. Em decorrência, os colonos reagiram, jogando ao mar cerca de 340 caixas de chá inglês durante a Festa do Chá de Boston, indicando o desejo dos cidadãos americanos de não perder a participação nesse rentável comércio. Cabe ressaltar que essa reação colonial influenciou movimentos de contestação na América portuguesa, como verificado na Inconfidência Mineira (1789) e na Conjuração Baiana (1798), além de contribuir para o processo de independência dos EUA.

4.) Liberdade econômica

Após a Declaração da Independência (1776) e o reconhecimento inglês (1783), o novo país, denominado Estados Unidos da América, vivenciou um período de grande prosperidade e liberdade econômica. Nesse cenário, os EUA desenvolveram seu processo de industrialização, expandiram seu território para o oeste e buscaram novos mercados consumidores. A exportação de produtos agrícolas e industrializados consolidou seu comércio interno e externo. Salienta-se que esse processo de expansão econômica estimulou o fim do exclusivismo colonial, contribuindo para os processos de independência de inúmeras colônias americanas ao longo do século XIX.

b. A Independência dos EUA na expressão política

1) Autonomia política das colônias

As 13 Colônias desenvolveram um grau significativo de autonomia política ao longo do tempo. Embora controladas pela Inglaterra, eram governadas por lideranças regionais próprias e constituíam a Assembleia das Colônias, que criava leis e impostos, independentemente da metrópole. Essa autonomia permitiu que as colônias desenvolvessem identidades políticas e sociais distintas, o que contribuiu para o desejo de independência e de soberania de uma nova nação.

2) Fortalecimento do desejo de emancipação

O sentimento emancipacionista se consolidou a partir dos conflitos em Lexington e Concord, em 1775, que marcaram os primeiros confrontos da guerra da independência dos EUA. Nesse contexto, por ocasião do 2º Congresso da Filadélfia, foi estabelecida a declaração de guerra e a formação de um exército continental, a comando de George Washington, criando-se as bases de um governo provisório e do primeiro órgão governamental do futuro

Estado. Destaca-se que os ideais independentistas e o levante conduzido pelos norte-americanos contra a coroa britânica tiveram forte influência no cenário mundial, influenciando a Revolução Francesa (1789) e a elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

3) Declaração de Independência

A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América foi redigida por um comitê nomeado pelo Congresso, em 1776, tendo Thomas Jefferson e Benjamin Franklin entre seus integrantes. Além de anunciar a independência das 13 Colônias em relação à Grã-Bretanha, o documento lançou as bases para a criação de uma nação calcada nos princípios de liberdade e igualdade, o que representou fundamentos norteadores da futura concepção dos direitos humanos.

4) Constituição de um Estado Republicano

Os EUA constituíram um Estado Republicano após a independência, espelhando os valores manifestados na Declaração de Independência. Nesse contexto, foram definidos os limites dos poderes dos estados e do governo federal, assim como a autonomia e o equilíbrio entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, favorecendo a representatividade popular na estrutura de governo instaurada. Vale ressaltar a influência desse processo para a emancipação das colônias americanas no século XIX, no tocante ao direito de independência e de livre escolha de cada povo, além da democracia representativa.

c. A Independência dos EUA na expressão psicossocial

1) Influência dos ideais iluministas de John Locke

Os preceitos do filósofo inglês John Locke, manifestados particularmente na escrituração da Declaração de Independência e na subsequente Constituição, favoreceram a relação entre a sociedade e o Estado. Essa influência se manifestou, principalmente, na concepção de que todos os indivíduos têm direitos naturais à vida, liberdade e prosperidade, além do contrato social, no qual os cidadãos consentem e reconhecem a autoridade do Estado na promoção do bem-estar da sociedade. Assim, configurou-se a valorização da individualidade de cada cidadão, associada à legitimidade da autoridade estatal. É válido frisar que os pensamentos iluministas vinculados ao processo de independência dos EUA inspiraram movimentos emancipatórios e de constituição de outros Estados Nacionais, tais como a Revolução Haitiana, contra o domínio colonial francês.

2) Influência da religião calvinista

Os colonizadores ingleses presentes no território norte-americano eram adeptos do calvinismo. Essa doutrina religiosa preconizava a vida simples, a disciplina pessoal, a educação e a busca pelo progresso econômico, o que estimulou o acúmulo de riquezas e a criação de centros urbanos prósperos. Ressalta-se que essa doutrina religiosa foi aplicada na independência dos EUA, inspirando os ideais da Revolução Francesa.

3) Ressentimentos entre a população norte-americana e seus colonizadores

Os ressentimentos gerados na relação entre colonizados e colonizadores tiveram suas causas associadas a uma série de fatores políticos, econômicos e sociais. Essa conjuntura foi gerada a partir das relações comerciais abusivas, conforme verificadas na

Lei do Chá (1773) e na Lei do Açúcar (1764), seja pelo exclusivismo comercial, seja pela sobretaxação, além da desigualdade social entre a elite britânica e os norte-americanos colonizados. A promulgação da Lei do Aquartelamento (1765), que obrigava os colonos a concederem habitação e transporte aos soldados britânicos, também agravou esses ressentimentos. Dessa maneira, surgiu uma crescente resistência dos colonos em face da opressão metropolitana, que culminou com a independência do país. Convém enfatizar que essa conjuntura transcendeu a independência norte-americana, influenciando a emancipação da América espanhola, por exemplo, a partir da Revolução de Maio (1810), na capital do Vice-Reino do Rio da Prata.

5.2.3 Justificar

Justificar a importância estratégica da Amazônia nos contextos nacional brasileiro e internacional, nos dias atuais, **destacando** os aspectos econômicos que a tornam uma região de dimensão global.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região que abarca um conjunto de ecossistemas onde se incluem a bacia hidrográfica do rio Amazonas e a Floresta Amazônica, de imensa importância estratégica nos cenários nacional e internacional.

Ocupando uma área de aproximadamente 7 milhões de Km², abrange territórios de nove nações do subcontinente sul-americano, incluindo Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Atualmente, no âmbito nacional, a Amazônia representa, de maneira peculiar, a identidade e o patrimônio brasileiro. No contexto internacional, a região exerce influência em debates globais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Os países amazônicos atuam conjuntamente em prol da região. Para garantir sua proteção, trabalham com acordos e políticas efetivas de conservação ambiental, na promoção do desenvolvimento sustentável e na valorização das comunidades locais.

Do ponto de vista econômico, a Amazônia possui uma abrangência global que chama a atenção de diversos segmentos produtivos. A exploração de seus recursos naturais representa um atrativo significativo para indústrias e investidores de diversas origens e áreas de atuação pelo mundo, em especial vinculados ao setor primário da economia.

A seguir, será justificada a importância estratégica da Amazônia nos contextos nacional brasileiro e internacional, nos dias atuais, destacando os aspectos econômicos que a tornam uma região de dimensão global.

2. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA AMAZÔNIA NOS CONTEXTOS NACIONAL BRASILEIRO E INTERNACIONAL

a. Significativa biodiversidade

A Amazônia abriga a maior biodiversidade do planeta, com uma rica variedade de espécies de plantas, animais e micro-organismos. Essa riqueza biológica, com uma quantidade estimada de 40.000 espécies de vegetais e de 3.000 peixes, possui potencial para a pesquisa científica, desenvolvimento de medicamentos e produtos farmacêuticos, atraindo turistas e pesquisadores de todo o mundo. Destaca-se, como aspecto econômico relevante da região, a utilização pela indústria farmacêutica de várias substâncias que possuem propriedades terapêuticas e são empregadas no tratamento de doenças, como o quinine, extraído da casca da árvore denominada quina, nativa da região amazônica.

b. Presença de importantes recursos naturais

A região da Amazônia possui expressiva importância estratégica por constituir uma fonte de recursos naturais, incluindo minerais e recursos florestais. Nesse sentido, observa-se a relevância do ouro, nióbio, ferro e cobre, em benefício da indústria siderúrgica e da produção de ligas metálicas e de materiais condutores. Ademais, registra-se a abundância

de madeira e dos produtos florestais não madeireiros, como os óleos de babaçu e do açaí, além de resinas diversas, constituindo “commodities” essenciais à economia global. Cabe ressaltar que essa riqueza natural e mineral fomenta mercados internacionais, particularmente quanto ao fornecimento de matérias-primas que sustentam a fabricação de bens de consumo utilizados em todo o mundo.

c. Existência de reservas de água doce

A Amazônia detém aproximadamente 20% das reservas de água doce não congelada do mundo. Essa é uma relevância estratégica que favorece o abastecimento de bacias hidrográficas, além de contribuir para a agricultura, a subsistência humana, a preservação de biodiversidade e a navegação em diferentes países da América do Sul, favorecendo a segurança hídrica das nações que dependem deste recurso estratégico. Salienta-se a importância econômica da região para a produção agrícola e a geração de energia hidrelétrica, além de favorecer a dinâmica comercial e de suprimentos em escala regional e internacional por hidrovias, como a Solimões-Amazonas, até os principais portos de exportação, como os de Manaus, Belém e Macapá.

d. Potencial atrativo de investimentos internacionais

As riquezas naturais amazônicas atraem diversos recursos externos para o Brasil. O Banco Mundial financia iniciativas de sustentabilidade em áreas do estado do Amazonas, e de conservação e manejo sustentável no Parque Nacional do Juruena, no estado do Mato Grosso. Nesse contexto, a World Wide Fund for Nature Inc. (WWF) direciona recursos para a preservação da biodiversidade, como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas. Desse modo, há um beneficiamento das condições sociais das comunidades locais na região amazônica. Destaca-se que estas iniciativas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região, demonstrando um equilíbrio entre preservação ambiental e crescimento sustentável.

e. Relevante contribuição para o clima global

A Floresta Amazônica desempenha um papel de extrema relevância ao clima global, atuando como um fator essencial na regulação dos padrões climáticos e na estabilidade do ecossistema terrestre. Por meio da absorção de dióxido de carbono (CO₂) e da liberação de oxigênio, a floresta ajuda a mitigar as mudanças climáticas, contribuindo para o equilíbrio do ciclo do carbono. Além disso, a intensa evapotranspiração da floresta influencia a formação de chuvas em larga escala, impactando os regimes de precipitação em regiões distantes, como o Caribe e o Oceano Pacífico.

f. Existência de expressivas reservas de petróleo e gás

A presença de petróleo e gás na Amazônia, em níveis significativos, justifica sua importância estratégica, tanto nacional quanto internacionalmente. A produção desses hidrocarbonetos se sobressai na Província Petrolífera de Urucu, localizada na bacia do Solimões, assim como na foz do rio Amazonas, no entorno do Amapá. Vale salientar que a exploração sustentável desses recursos coopera para a captação de recursos para o desenvolvimento regional, impacta os mercados globais de energia e influencia as políticas energéticas internacionais, tornando a região um centro de interesse econômico e estratégico em nível global.

g. Modelo global de desenvolvimento sustentável

A Amazônia é uma referência mundial no uso consciente da natureza. As práticas sustentáveis na exploração dos recursos naturais amazônicos e na preservação de sua biodiversidade contribui para conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental. Essa realidade preserva serviços ecossistêmicos cruciais para a preservação do planeta e atrai investimentos em setores como ecoturismo, biotecnologia e produção de alimentos. Assim, fomenta-se um desenvolvimento socioambiental colaborativo e integrado. Destaca-se que a integração de modelos de desenvolvimento responsável na Amazônia estabelece um paradigma de equilíbrio entre prosperidade econômica e preservação ambiental, conferindo à região uma dimensão global de liderança na busca por soluções inovadoras e sustentáveis.

h. Continuidade dos serviços ecossistêmicos

Os serviços ecossistêmicos da Amazônia são recursos vitais para a projeção nacional e internacional do Brasil, por proporcionar benefícios diretos e indiretos às pessoas e à sociedade como um todo. Esses serviços incluem uma ampla variedade de processos e funções naturais, como purificação do ar e da água, polinização de cultivos, regulação do clima, controle de enchentes e formação de solos férteis. A Floresta Amazônica desempenha um papel singular na oferta de serviços ecossistêmicos, que, pela amplitude dos seus efeitos, transcendem as fronteiras nacionais, beneficiando não apenas os países da região, mas também diferentes áreas do planeta.

i. Abundantes recursos pesqueiros

A bacia amazônica abriga uma variedade de espécies de peixes, muitas delas endêmicas, que proveem tanto a subsistência das populações locais quanto o comércio global de pescado. A pesca artesanal e comercial fornece uma importante fonte de proteína para as comunidades ribeirinhas. Além disso, ressalta-se que a atividade pesqueira adquire dimensão global devido à biodiversidade ímpar de espécies aquáticas de alto valor, seja para aquarismo ou consumo, como o pirarucu. Dessa maneira, a referida atividade favorece a segurança alimentar regional e mundial.

j. Potencial do ecoturismo

O turismo sustentável é uma fonte importante de renda para as comunidades locais e incentiva a preservação ambiental. A exploração do ecoturismo na Amazônia é apoiada na ampla biodiversidade e na beleza natural da região. A atração de turistas para experiências peculiares do referido ecossistema, como contato com a fauna e flora local, além do conhecimento de aspectos culturais das comunidades indígenas, gera fluxos econômicos significativos, projetando internacionalmente aspectos fisiográficos e psicossociais relevantes do país. Cabe salientar que o ecoturismo gera empregos e desenvolve o empreendedorismo local e a conscientização ambiental global.

k. Projeção geopolítica brasileira

O Brasil projeta poder geopolítico nas relações internacionais, visto que detém a maior parte da região Amazônica. Ela abriga inúmeros recursos naturais e proporciona serviços ecossistêmicos vitais, fortalecendo a importância geopolítica brasileira intrínseca, devido às fronteiras compartilhadas com outros países sul-americanos. Ademais, o Brasil tem a

responsabilidade de promover uma governança sustentável na Amazônia, ao liderar iniciativas multilaterais de combate ao desmatamento ilegal e aos crimes transfronteiriços, além de fomentar o desenvolvimento sustentável, contribuindo para que o país ocupe uma posição de protagonismo no Sistema Internacional.

5.3 SERVIÇOS DO ND ANÁLISE

5.3.1 Estudar

Estudar a evolução da Índia como potência emergente, após a Segunda Guerra Mundial, nas expressões política e econômica, **destacando** os óbices limitantes do desenvolvimento e **concluindo** sobre a participação brasileira na inserção desse país no cenário mundial.

1. INTRODUÇÃO

A Índia, ao longo de sua evolução, buscou atingir o “status” de potência emergente no cenário mundial. Neste processo, vivenciou fases de amadurecimento político e econômico, permeados por óbices que desafiam o seu desenvolvimento, nas diversas expressões do seu poder nacional.

Geograficamente, o país se apresenta como uma extensa porção territorial projetada para o Oceano Índico, região de singular importância geoestratégica devido aos recursos naturais existentes, às linhas de comércio marítimo presentes e à acirrada disputa de influência entre Estados. Após um peculiar processo de independência, em 1947, marcado pela revolução não violenta frente à Inglaterra, liderada por Mahatma Gandhi, a Índia passou por diferentes estágios de desenvolvimento político e econômico. Atualmente, ela possui a maior população do planeta, organizada como uma república democrática parlamentar, detendo a quinta maior economia global.

A Índia ainda é considerada uma nação em desenvolvimento de caráter predominantemente rural, com mais de 60% da sua população vivendo no campo e dependendo das atividades primárias. No entanto, a abertura política e econômica dos anos 1990 criou uma grande classe média urbana e provocou o rápido crescimento da economia, elevando a importância do país no cenário internacional, com protagonismo na região Indo-Pacífico.

As relações entre Brasil e Índia iniciaram em 1947, com o reconhecimento brasileiro da independência indiana. Apesar dos históricos vínculos diplomáticos, o intercâmbio bilateral só se tornou significativo a partir dos anos 1990, com a abertura política empreendida pelas duas nações. Por outro lado, as exitosas parcerias em fóruns multilaterais têm reforçado a cooperação e a amizade entre os dois países desde a década de 1960.

A seguir, será estudada a evolução da Índia como potência emergente, após a Segunda Guerra Mundial, nas expressões política e econômica, destacando os óbices limitantes do desenvolvimento e concluindo sobre a participação brasileira na inserção desse país no cenário mundial.

2. A EVOLUÇÃO DA ÍNDIA COMO POTÊNCIA EMERGENTE, APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

a. Na expressão política

A democracia indiana encontra-se em consolidação ao longo dos últimos setenta anos. Nesse contexto, grupos sociais que estavam à margem da sociedade de castas obtêm mais acesso a direitos e garantias, como no caso das novas leis de proteção às mulheres, o que favorece a participação indiana em fóruns internacionais multilaterais. Essa resiliência

democrática facilitou o apoio brasileiro a diversas iniciativas da Índia no campo internacional, como na criação do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1961, exercendo uma neutralidade política em meio à Guerra Fria. Ressaltam-se, como óbices à estabilidade política da Índia, os vários movimentos separatistas, como os da Caxemira e do Jammu, que causam instabilidade no país.

O não alinhamento indiano é uma tradicional postura do país de manter relativa autonomia em meio ao mundo polarizado. Desde sua independência, a Índia evitou submeter-se à tutela de potências que disputam a hegemonia global. Na conjuntura atual, o país mantém conexões com os Estados Unidos da América (EUA) e a China, evidenciando um pragmatismo em suas relações internacionais. Essa postura propiciou iniciativas bilaterais para fomentar as vinculações com o Brasil, como observado na assinatura do Acordo de Cooperação e Intercâmbio Cultural, em 1969.

A participação em situações conflitivas envolvendo disputas fronteiriças marcou a evolução da Índia como potência emergente. Historicamente, a Índia rivaliza com o Paquistão e com a China pelo controle das regiões da Caxemira e do protetorado Sikkim, respectivamente. Em vista desse cenário, o país firmou um tratado com a União Soviética (URSS) em 1965, visando ao fornecimento de armas e à proteção mútua, estabelecendo uma relação de afinidade que perdura até os dias atuais. Cabe destacar que os conflitos religiosos entre hindus, sikhs e muçulmanos são óbices para a plena coesão nas forças armadas indianas.

A ascensão ao nível de potência emergente levou o país a buscar maior influência e participação no sistema político internacional, como visto na sua intenção de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU). Nesse sentido, observou-se uma aproximação política junto a países com liderança em suas regiões, dentre eles o Brasil, para fomentar projetos voltados à obtenção de maior representatividade no concerto das nações, como notado na formação do grupo G-4, visando a tornar os dois países membros permanentes do CSONU. Salienta-se que as diferenças políticas históricas entre a Índia e a China são óbices que dificultam a evolução desse pleito.

O atingimento do status de potência regional no Indo-Pacífico marca também a evolução da Índia como Estado protagonista no âmbito mundial. A população, território, Produto Interno Bruto (PIB) e gastos militares indianos são três vezes maiores que os do conjunto dos seus vizinhos, tornando o país altamente relevante na região. Nesse contexto, a Índia trabalha para conseguir uma nova arquitetura de segurança e cooperação no seu entorno estratégico, buscando aproximação com Bangladesh, Butão e Nepal, dentre outros, o que lhe permite estabelecer área de influência sobre os países fronteiriços. Pontua-se que esse intento é dificultado por países rivais, como o Paquistão, que se recusa a aceitar uma liderança regional conduzida pela Índia.

Ademais, a nuclearização militar da Índia, a partir de 1998, elevou a sua importância geopolítica junto às grandes potências. Apesar das sanções tecnológicas sofridas na década de 1990, o Acordo Nuclear com os Estados Unidos, em 2005, trouxe o reconhecimento internacional ao país e permitiu a cooperação nuclear com fins pacíficos entre os países, abrindo caminho para o desenvolvimento subsequente de artefatos nucleares. Cabe ressaltar que essa realidade gera óbices para a continuidade da sua projeção internacional, associados à necessidade de imposição de dissuasão sobre o Paquistão e a China, a partir da sua inserção na arquitetura nuclear global.

Conclui-se, parcialmente, que a evolução da Índia como potência política emergente, após a Segunda Guerra Mundial, reflete a ocorrência de eventos marcantes ao longo da sua história recente, como a expansão de sua democracia, a consolidação de sua autonomia política, a participação em disputas fronteiriças, a busca por maior influência no sistema político internacional, o atingimento de status de potência regional e a sua nuclearização militar. Nesse sentido, observa-se que seu fortalecimento político conduz a uma maior capacidade de projetar poder perante seus rivais geopolíticos e no seu entorno estratégico, conferindo-lhe relevância no Sistema Internacional.

b. Na expressão econômica

A Índia independente optou por uma estratégia econômica focada em resolver questões internas. Essa dinâmica foi caracterizada pela alta intervenção estatal, investimentos na indústria pesada, forte protecionismo e substituição das importações. Como resultado, houve uma expressiva evolução de sua economia, levando a um reposicionamento do país na estrutura econômica internacional. Externamente, Índia e Brasil participaram, conjuntamente e com protagonismo, da constituição de importantes organismos internacionais de cunho econômico, como a Conferência da ONU sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o G-77 e o G-20.

O governo indiano promoveu a estatização econômica, criando impostos e nacionalizando empresas. Essas medidas levaram ao crescimento da participação pública no mercado, particularmente em setores estratégicos, como o de armamentos, de energia atômica e de siderurgia, gerando crescimento econômico no país. Ressalta-se que esse sistema, apesar de estabilizar a economia, não se mostrou vantajoso a longo prazo, acarretando um baixo crescimento médio, chamado de “crescimento hindu”.

Devido ao insucesso do modelo econômico estatal, a Índia promoveu uma desregulamentação gradual da economia a partir da década de 1980. Ao longo desse processo, houve o aumento do comércio externo, o estímulo à iniciativa privada, o fim do controle de preços e a redução de impostos. Essas mudanças tiveram o mérito de construir a base para a implementação de transformações mais profundas na década seguinte, favorecendo a consequente inserção do país na economia globalizada. Nesse cenário, o Brasil cooperou para a efetivação da política de recuperação financeira indiana no início da década de 1970, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A implementação de reformas liberalizantes foi uma medida contingencial aos efeitos da queda da União Soviética e da Guerra do Golfo no início da década de 1990. Esses eventos levaram a Índia a entrar em uma crise econômica que a obrigou a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar das reformas, o Estado ainda manteve significativa participação na economia, seja regulando e mantendo o controle acionário, seja preservando setores estatais. Cabe ressaltar que o rápido crescimento econômico, oriundo dessas mudanças, acentuou os problemas energéticos e de infraestrutura existentes no país.

Em meio à fase de liberalização econômica, o governo indiano permitiu a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED) no país. Sob o mesmo propósito, admitiu a venda de indústrias e a participação de investidores estrangeiros e privados no controle acionário de empresas. No comércio exterior, houve a extinção do regime de licenciamento de importações, apesar de se manter uma lista de artigos considerados estratégicos, como os

produtos agrícolas e os bens de consumo. Com isso, gerou-se um impulso, sobretudo do desenvolvimento industrial do país.

Atualmente, o setor de ciência e tecnologia é um dos mais dinâmicos da economia indiana. Essa área representa cerca de 8% do PIB e emprega mais de treze milhões de pessoas, alçando o país a um novo patamar no Sistema Internacional de Estados. No entanto, observa-se um óbice relevante a esse progresso, uma vez que a maior parte da população economicamente ativa ainda possui baixos níveis de escolaridade, o que compromete a produtividade do mercado de trabalho.

Os indicadores econômicos atuais sinalizam que a Índia caminha para ser a segunda maior economia do mundo por volta do ano de 2050. O país cresce a uma taxa média anual de 7,5% desde os anos 2000, sustentado por uma alta taxa de poupança interna, juros baixos e investimentos acima dos 30% do PIB. Todavia, salienta-se que a Índia ainda possui cerca de 31% da sua população na linha da pobreza, o que gera dificuldades para um crescimento mais efetivo. No tocante à atenuação desse óbice, Brasil e Índia estabelecem parceria ao aderir a fóruns multilaterais, como os BRICS (2011) e o IBAS (2013), onde cooperam nas áreas técnica, científica, cultural e acadêmica, fomentando o diálogo “sul-sul”.

Conclui-se, parcialmente, que a evolução da Índia como potência econômica emergente resultou de iniciativas estratégicas, como estatização da economia, fomento da indústria nacional, desregulamentação associada a reformas liberalizantes, valorização dos investimentos externos e internos privados, incentivo do conhecimento aplicado ao setor de tecnologia e projeção de se tornar protagonista econômica ao longo das próximas décadas. Assim, registram-se transições de modelos econômicos adotados pelo Estado Indiano, vinculadas às conjunturas vivenciadas pelo país, sobretudo a partir de sua independência.

3. CONCLUSÃO

A transformação da Índia de colônia britânica para uma potência internacional, apesar dos óbices encontrados, foi fruto de décadas de amadurecimento político e econômico e de parcerias externas com países de projeção geopolítica semelhante, como é o caso do Brasil.

Em resumo, a evolução da Índia como potência emergente, após a Segunda Guerra Mundial, evidencia a passagem por processos de evolução política, iniciada com a consolidação da democracia no país até a constituição de um Estado nuclear. A estrutura econômica migrou de um perfil estatizante para uma conjuntura recente de economia liberal, calcada em tecnologia avançada. Essa evolução histórica permitiu inserir a Índia em um contexto de Estado influente na atual Ordem Mundial, o que lhe credencia a disputar a liderança econômica global nas décadas vindouras.

Conclui-se que o Brasil, historicamente, coopera com a inserção política indiana no cenário internacional, exemplificada na sua adesão ao Movimento dos Países Não-Alinhados, bem como contribui também para a busca da Índia por maior protagonismo, apoiando-a no seu intento de obter um assento permanente no CSONU. Além disso, iniciativas bilaterais entre os dois países, como a de 1969, fortalecem a atuação externa indiana.

Infere-se, também, que a participação do Brasil no processo de evolução econômica indiana foi marcada pelo multilateralismo no atingimento de objetivos estatais comuns, como observado na participação de ambos em importantes organismos internacionais e em fóruns econômicos. Ainda, a Índia pôde contar com a atuação brasileira junto ao FMI para ajudar na sua recuperação financeira.

Por fim, a evolução da Índia, como potência emergente, a partir da segunda metade do século XX, evidencia um Estado em franca ascensão geopolítica, que transcendeu o contexto regional para um nível de influência de abrangência global, a qual lhe permite disputar projeção de poder com grandes atores do Sistema Internacional.

5.3.2 Analisar

Analisar as causas da guerra entre Rússia e Ucrânia, nas expressões política e econômica, **destacando** a participação dos principais atores portadores de influência sobre esse cenário e **concluindo** sobre a importância do poder militar aplicado por esses Estados no conflito.

1. INTRODUÇÃO

A guerra entre Rússia e Ucrânia teve o seu início marcado pela invasão do território ucraniano por forças militares russas a partir de várias frentes, sobretudo no leste da Ucrânia. Esse conflito constitui um dos mais significativos do século XXI, com impacto nas relações entre as principais potências do planeta.

A Ucrânia é o segundo maior país da Europa, limítrofe da Rússia, Bielorrússia, Polônia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldávia, possuindo, ainda, um litoral voltado aos mares de Azov e Negro. A Rússia, por sua vez, localiza-se na porção norte da Eurásia, sendo o maior país do planeta. Possui fronteira com diversos países, como Finlândia, Noruega, Lituânia e Letônia, na Europa, e China, Cazaquistão e Coreia do Norte, na Ásia. Atualmente, ambos os países, em função de seus alinhamentos geopolíticos antagônicos, são protagonistas de uma guerra de alta intensidade, que se prolonga desde o ano de 2022, cujas ações táticas remontam às grandes guerras do século passado.

As relações entre Rússia e Ucrânia são históricas, visto que esses países compartilham ligações políticas, econômicas e culturais da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que se fragmentou no fim do século XX. Após tornar-se independente em 1991, a Ucrânia iniciou um processo de aproximação com os principais atores estatais do Ocidente.

O atual Sistema Internacional apresenta uma configuração multipolar com inúmeros atores dotados de influência, regional ou global, que se alinham ou rivalizam entre si, implicando em uma conjuntura de instabilidade no equilíbrio de poder de Estados. Por vezes, o poder militar é decisivo nesta conjuntura, agregando capacidade dissuasória e operacional dos seus recursos bélicos em prol dos interesses nacionais.

A seguir, serão analisadas as causas da guerra entre Rússia e Ucrânia, nas expressões política e econômica, destacando a participação dos principais atores portadores de influência sobre esse cenário e concluindo sobre a importância do poder militar para as atuais relações internacionais entre Estados.

2. DESENVOLVIMENTO

a. As causas da guerra entre Rússia e Ucrânia na expressão política

A expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o leste europeu constitui uma causa geradora do conflito. Diversos países que antes estavam sob a influência da União Soviética passaram a aderir gradativamente à aliança militar com o Ocidente, como Hungria, Romênia e Polônia, ampliando o cerco sobre a Rússia e atraindo a presença norte-americana para a região. Desse modo, os Estados contendores têm constituído alianças militares estratégicas com países politicamente alinhados, possibilitando o recebimento de apoio de atores externos. Destaca-se o suporte recebido pela Ucrânia da OTAN, por meio de ações de inteligência, monitoramento do espaço aéreo e

treinamento de tropas; dos EUA, com baterias antiaéreas Patriot; e do Reino Unido, com os mísseis de longo alcance Storm Shadow.

A contestação russa sobre a soberania de algumas áreas do território ucraniano representa outro aspecto deflagrador do conflito. Nesse contexto, a Rússia apoia grupos separatistas e pró-Kremlin, principalmente em áreas do leste da Ucrânia, como Donetsk e Lugansk, afetando a integridade territorial e a autonomia política do Estado Ucraniano. Cabe ressaltar que a Síria e a Coreia do Norte têm participação indireta no referido conflito ao reconhecerem a independência dessas regiões, evidenciando uma polaridade geopolítica no âmbito global.

A invasão russa da Crimeia e sua anexação no ano de 2014 fomentou a eclosão do conflito atual entre ambos os países. As motivações da investida russa envolvem questões históricas, políticas, econômicas e culturais, uma vez que a região da Crimeia apresenta fortes vínculos com a Rússia, além do fato de possuir importância geoestratégica para movimentos de comércio e de forças militares. Salienta-se que a China assume uma posição de relativa neutralidade, opondo-se ao comportamento expansionista da aliança ocidental e rejeitando equiparações entre a situação russo-ucraniana e a sino-taiwanesa.

A eventual adesão da Ucrânia à OTAN expõe a soberania territorial russa, dado que a maioria dos seus rivais geopolíticos estaria junto às suas fronteiras. Esse cenário pode levar a Rússia a perder influência e territórios conquistados, como a Crimeia, o que demandou uma postura de iniciativa e de ofensiva, invadindo o território ucraniano para constituir uma “área tampão”. Tal situação implica uma significativa capacidade de mobilização de pessoal para o combate por parte dos dois contendores, levando à promulgação de leis que imputam sanções penais aos convocados refratários, permitem a conscrição de presidiários, restringem a emigração de cidadãos mobilizáveis, convocam reservistas no exterior e diminuem a idade de alistamento militar.

A visão imperialista russa de reconstituir sua antiga influência geopolítica sobre os países do leste europeu moldou suas ações rumo ao conflito em vigor com a Ucrânia. Nesse sentido, a Rússia visa a garantir sua área de influência sobre países que, outrora, compuseram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, particularmente no seu entorno, induzindo um crescente investimento bélico. Assim, a invasão russa demandou a aplicação de técnicas e táticas de combate que remetem às grandes guerras mundiais do século passado, como o emprego em larga escala da artilharia de campanha, com o uso dos lançadores de foguete russos BM-21 Grad e BM-30 Smerch e dos norte-americanos HIMARS; e dos veículos blindados, como os T-90M e T-14 russos, o norte-americano M1-Abrams e o alemão Leopard-1A5.

Conclui-se, parcialmente, que as causas da guerra entre Rússia e Ucrânia, na expressão política, remetem às ações estratégicas russas para se contrapor à porosidade de suas fronteiras e garantir a inviolabilidade de seu território diante da expansão da área de influência da OTAN. Ainda, a Rússia alega ter direito de posse sobre o território ucraniano em razão de laços históricos e culturais que remetem às próprias origens do império russo. Assim, o país angaria simpatizantes e antagonistas, em meio a uma Ordem Mundial multipolarizada.

b. As causas da guerra entre Rússia e Ucrânia na expressão econômica

O objetivo russo de obter vantagens econômicas estratégicas sobre os recursos naturais ucranianos serviu de razão para a invasão daquele país. O interesse russo pelas

“commodities” ucranianas, sobretudo em relação às áreas produtoras de milho, trigo e cevada, além das jazidas de minério de ferro, manganês, urânio e titânio, proporcionaria ao país a possibilidade de monopolizar o comércio desses recursos pelo Mar Negro. Destaca-se a participação do Irã no conflito, ao fornecer drones de ataque do tipo Shahed-136 para as forças armadas russas, notadamente eficazes no engajamento de alvos táticos e estratégicos ucranianos.

O controle de rotas comerciais pelos mares de Azov, Negro e Mediterrâneo também motivou a invasão russa à Ucrânia. O atingimento desse objetivo permite ao país realizar comércio de “commodities”, sobretudo de combustíveis fósseis, com regiões do seu entorno estratégico, em especial com países da porção sul da Europa, do continente africano e do Oriente Médio. Dessa forma, admite-se uma expansão da área de influência da Rússia para fins econômicos. Cabe ressaltar a participação indireta da Turquia no conflito, por meio do controle da circulação de navios que transportam grãos ucranianos pelos Estreitos de Bósforo e Dardanelos.

Uma das principais causas da guerra é o antagonismo russo à aproximação econômica ucraniana da União Europeia. Esse objetivo estratégico contraria os projetos de poder russos, uma vez que fortalece economicamente a Ucrânia, tornando-a um expressivo rival, degradando a influência russa no leste europeu, no Oriente Médio e na região do Cáucaso. Vale frisar que a Ucrânia tem recebido suporte financeiro e militar dos principais países membros da União Europeia. Por exemplo, a França dedica grandes esforços à causa ucraniana e repudia as ações do governo russo, enquanto a Alemanha é mais moderada no suporte provido e em seu posicionamento político.

O fomento à produtividade industrial da Rússia constituiu outro estímulo para a país iniciar o conflito com a Ucrânia. O governo russo passou a convergir o potencial tecnológico e industrial do país em benefício da prontidão operacional de suas forças armadas, proporcionando a constituição de uma base industrial robusta geradora de empregos e capaz de dinamizar a economia. Cabe destacar a efetiva participação da Coreia do Norte ao esforço de guerra russo ao fornecer granadas de artilharia 152mm e mísseis balísticos de curto alcance Hwasong-11, atendendo à demanda de apoio de fogo no conflito. Nesse contexto, observa-se o alto investimento russo e ucraniano em meios militares considerados no “estado da arte” como forma de desequilibrar o poder militar entre os contendores a seu favor. Assim, os dois países desenvolvem e empregam modernos equipamentos, como o míssil balístico hipersônico Kinzhal russo, os drones navais ucranianos e os sistemas de munições remotamente pilotadas, também chamadas de munições vagantes, alcançando as capacidades de antiacesso, negação de área e letalidade seletiva.

Conclui-se, parcialmente, que as causas da guerra entre Rússia e Ucrânia, na expressão econômica, apontam para a vinculação da necessidade de o Estado russo alcançar maior projeção econômica no cenário internacional às demandas inerentes do esforço de guerra em curso contra a Ucrânia. Nesse sentido, as ações estratégicas russas convergem para o aumento das exportações de seus combustíveis fósseis, para o controle de linhas de comércio naval, além do fomento ao setor secundário de sua economia, gerando um desequilíbrio geopolítico no continente europeu.

3. CONCLUSÃO

A guerra entre Rússia e Ucrânia quebrou paradigmas no tocante à forma de combater, que antes parecia estar restrita à assimetria, ao caráter difuso e irregular das

ameaças e à dependência de tecnologias disruptivas. Este cenário resgatou a importância das ações táticas, além de sistemas tradicionais de armas historicamente consagrados em combate.

Em síntese, as causas da guerra entre Rússia e Ucrânia, nas expressões política e econômica, são diretamente associadas às aspirações russas de contestar a Ordem Mundial vigente, marcada pela hegemonia econômica e militar norte-americana, visando a recuperar seu protagonismo no Sistema Internacional, perdido desde o término da Guerra Fria. Deste modo, observa-se uma busca por projeção de poder, sobretudo no leste europeu, a fim de criar uma área de influência contígua ao seu território e evitar que a soberania de suas fronteiras seja ameaçada, como ocorrido em grandes guerras das quais participou ao longo dos séculos.

Conclui-se que um dos aspectos relevantes do poder militar aplicado por Rússia e Ucrânia durante o conflito foi o aproveitamento das afinidades geopolíticas e das alianças militares, observado no apoio da OTAN, EUA e Reino Unido à Ucrânia e no auxílio da Coreia do Norte à Rússia. Outro aspecto foi o incremento da capacidade de mobilização de pessoal para o combate, por meio de mudanças nas regras de convocação e alistamento.

Infere-se também que o investimento em tecnologias disruptivas é um traço marcante da aplicação do poder militar na guerra travada entre russos e ucranianos, como notado no emprego de munições vagantes pelos dois países. Além disso, a valorização de capacidades militares comprovadamente decisivas na história das guerras, como o grande uso de blindados e de artilharia de campanha, também representa a relevância do poder militar no conflito em curso.

Por fim, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia materializa um antagonismo histórico com potencial de ampliar sua intensidade à medida que incorpora a participação de outros atores internacionais, demonstrando uma tendência de polarização ideológica e de instabilidade geopolítica da Ordem Mundial em vigor.

5.3.3 Comparar

Comparar o Poder Militar dos Estados Unidos da América na Guerra do Vietnã (1955-1975) com o aplicado na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991), **destacando** as evoluções para a Arte da Guerra nos conflitos decorrentes e **concluindo** quanto à influência militar norte-americana na Ásia entre o final da 2ª Guerra Mundial e a primeira década do século XXI, inclusive.

1. INTRODUÇÃO

O Poder Militar dos Estados Unidos da América (EUA) reveste-se de um protagonismo global, motivo pelo qual tem sido objeto de estudo por parte das demais forças armadas do mundo. Essa influência reflete no pensamento, na ciência militar e, sobretudo, na evolução da Arte da Guerra.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o final da primeira década do século XXI, os EUA investiram no seu Poder Militar em níveis bastante expressivos como forma de atingir seus objetivos nacionais em todo o planeta. Essa participação foi expressiva, particularmente, na extensa porção asiática compreendida entre o Oriente Médio e a Indochina, região multicultural e sob influência de espaços marítimos de valor estratégico, como o Golfo Pérsico, o Mar Árábico e os Oceanos Índico e Pacífico. Nesse período, a Guerra do Vietnã (1955-1975) e a 1ª Guerra do Golfo (1990-1991) demonstraram, em diferentes momentos, a influência militar norte-americana na Ásia.

O posicionamento geoestratégico dos EUA favorece a concentração estratégica e o desdobramento dos seus meios militares no continente asiático, viabilizados pelo acesso direto às principais rotas de navegação orientadas para a referida porção territorial, seja pelo Canal de Suez, a partir do Mar Mediterrâneo e sua conexão com o Oceano Atlântico, seja pelas águas do Oceano Pacífico, que incidem na costa oriental da Ásia.

A Guerra do Vietnã, inserida no contexto da Guerra Fria, foi o enfrentamento entre o Vietnã do Norte, comunista e influenciado pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o Vietnã do Sul, capitalista. Esse conflito contou com a intervenção dos EUA, que lutaram ao lado das tropas do Vietnã do Sul como parte de sua política de contenção do comunismo na região do Sudeste Asiático e Extremo Oriente.

A 1ª Guerra do Golfo foi deflagrada a partir da invasão promovida pelo Iraque, liderada por Saddam Hussein, sobre o Kuwait, com o objetivo de conquista territorial e manipulação do preço do petróleo. Essa iniciativa gerou a imediata condenação pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) e uma decorrente reação militar internacional coordenada pelos EUA. O envio de tropas norte-americanas para conflitos dessa magnitude, assim como ocorreu na península da Indochina, proporcionou evoluções significativas da arte de aplicar a estratégia militar, por meio dos recursos bélicos geradores de poder de combate.

A seguir, será comparado o Poder Militar dos Estados Unidos da América na Guerra do Vietnã (1955-1975) com o aplicado na 1ª Guerra do Golfo, destacando as evoluções para a Arte da Guerra nos conflitos decorrentes e concluindo quanto à influência militar norte-americana na Ásia entre o final da 2ª Guerra Mundial e a primeira década do século XXI, inclusive.

2. DESENVOLVIMENTO

a. O Poder Militar dos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975)

No que se refere à doutrina, o Poder Militar dos EUA fez larga utilização das táticas e estratégias aplicadas na Segunda Guerra Mundial. Houve emprego massivo de grandes efetivos, de meios aéreos, como os helicópteros UH-1, além de armas químicas, o que ampliou a letalidade do combate. Nesse sentido, a mentalidade da necessidade da presença militar calcada no tamanho da força levou ao robustecimento das bases norte-americanas na Ásia, notadamente no Japão, que passou a diminuir seus investimentos militares e a terceirizar sua segurança nacional para os EUA. Destaca-se como evolução para a Arte da Guerra o fato de o inimigo adotar, com sucesso, táticas de guerrilha e técnicas de emboscada na área de selva, utilizando judiciosamente o terreno e empregando o princípio da surpresa contra um oponente com maior poder de combate.

O adestramento das forças norte-americanas não era adequado para o ambiente operacional de selva e para as operações conjuntas entre suas forças singulares. Como consequência, houve um expressivo aumento no tempo de duração da guerra, assim como na intensidade de bombardeios e no uso de armas químicas, como o agente laranja, sobretudo nas fronteiras com o Camboja e o Laos, o que impactou negativamente a opinião pública internacional em relação aos EUA. Cabe ressaltar o fomento à observância do Direito Internacional dos Conflitos Armados, uma vez que a violação dos direitos humanos e os significativos danos ao meio ambiente no Vietnã passaram a ser vistos como efeitos indesejáveis na condução da Arte da Guerra.

No tocante aos meios empregados, o Poder Militar dos Estados Unidos dispunha de massivas unidades terrestres apoiadas por grande poder de fogo e supremacia aérea, com forte emprego de artilharia e ataques aéreos. No curso da guerra, os norte-americanos conduziram sistemáticas campanhas de bombardeio estratégico contra cidades do Vietnã do Norte, além de empregarem armas químicas em larga escala, como o incendiário napalm e o cancerígeno agente laranja, degradando o respaldo da participação norte-americana junto à comunidade internacional. Nesse contexto, a superioridade da artilharia norte-americana influenciou alguns países asiáticos a seguirem a mesma padronização no tocante aos armamentos, como o estabelecimento dos calibres 105 e 155 mm. Salienta-se que essas ações militares evidenciaram a necessidade de desenvolver armas mais precisas para evitar danos colaterais, o que constituiu uma evolução da Arte da Guerra.

O enfraquecimento do moral das forças norte-americanas reduziu o ímpeto combativo dos seus integrantes. Esse óbice foi gerado a partir da incerteza da situação proporcionada pelo inimigo norte-vietnamita e do ambiente operacional hostil e desgastante aos combatentes, causando um sentimento de desinteresse para o alistamento militar. Desse modo, houve uma relativização da consciência nacional quanto à participação do país naquele conflito. Ressalta-se, como evolução para a Arte da Guerra, a importância de conceber e empregar o moral como princípio de guerra, o qual deve ser observado por meio da seleção e valorização do elemento humano, assim como pelo tempo de duração das operações.

A opinião pública em relação à atuação do Poder Militar dos EUA foi de crescente rejeição à guerra. Isso ocorreu devido à divulgação de atrocidades praticadas por militares norte-americanos no Vietnã pela imprensa dos EUA e pela chegada de uma quantidade cada vez maior de feridos e mutilados, gerando questionamentos quanto à legitimidade da guerra, com uma série de protestos pelo país, e diminuindo o respaldo político externo por parte dos organismos internacionais. Ademais, merece destaque, quanto aos reflexos à Arte

da Guerra, a importância da opinião pública interna e externa no planejamento e condução das campanhas militares.

Conclui-se, parcialmente, que o Poder Militar dos EUA na Guerra do Vietnã evidenciou uma inadequação às peculiaridades do ambiente operacional no qual o país atuou. Nesse contexto, os norte-americanos não lograram êxito no atingimento do objetivo político nacional proposto de conter a influência da URSS na Indochina, impactando na projeção geopolítica estadunidense na Ásia. Registra-se, ainda, que a ineficiência das tropas dos EUA no conflito trouxe questionamentos sobre os paradigmas da guerra na Era Industrial e, por consequência, gerou reflexões para a evolução da Arte da Guerra.

b. O Poder Militar dos EUA na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991) e a comparação com o aplicado na Guerra do Vietnã (1955-1975)

A doutrina utilizada pelos EUA na Guerra do Golfo se mostrou totalmente reformulada, agregando a tecnologia dos recursos militares aos fatores da decisão e operacionais corretamente identificados no cenário do Oriente Médio. De forma mais eficaz do que a aplicada no Vietnã, a nova doutrina militar levou à vitória no combate em um curto espaço de tempo, inaugurando a guerra da Era da Informação. Nesse contexto, destaca-se o compartilhamento das informações em tempo real pelos diversos escalões, bem como o uso de tecnologia militar sofisticada, como o "Global Positioning System" (GPS), em prol da evolução da Arte da Guerra.

O adestramento para a campanha militar norte-americana no Oriente Médio nos anos 1990-1991 foi bastante efetivo. Diferente do Vietnã, os EUA levaram em conta o estudo preciso do ambiente operacional e do inimigo na sua preparação para o combate. Além disso, ressalta-se que as capacidades relacionadas à tomada de decisão, por meio de informações atualizadas e oportunas, somaram-se ao uso eficiente de equipamentos e armas de elevada tecnologia e precisão, como o míssil de cruzeiro Tomahawk, aumentando o poder de combate estadunidense.

Quanto aos meios empregados no Golfo Pérsico, os EUA utilizaram seus meios aéreos em larga escala, sobretudo os aviões bombardeiros, de maneira semelhante à Guerra do Vietnã. O emprego de aeronaves, como o F-111, foi acompanhado de sofisticados mísseis que atingiam alvos específicos com elevado grau de precisão, diminuindo os danos colaterais e favorecendo a campanha informacional norte-americana na guerra. A superioridade bélica apresentada pelos norte-americanos influenciou militarmente a dissuasão de Taiwan, apoiada pelos EUA, em face das ameaças de invasão chinesa. Cabe ressaltar que a inovação tecnológica de sistemas de apoio de fogo capazes de proporcionar letalidade seletiva contribuiu para a evolução da Arte da Guerra.

O moral militar se manteve elevado nas tropas norte-americanas durante a 1ª Guerra do Golfo, diferentemente da Guerra do Vietnã. O contexto político favorável, o ambiente informacional moldado e a adequação doutrinária levaram a uma alta taxa de recrutamento de pessoal voluntário para o combate, com resultados satisfatórios nos adestramentos preliminares ao conflito, o que contribuiu para o Poder Militar dos EUA aplicado à dimensão humana do Teatro de Operações.

No que tange à opinião pública, os apoios internos e externos se mostraram consideravelmente mais favoráveis ao Poder Militar norte-americano por ocasião da 1ª Guerra do Golfo, contrastando com o conflito na Indochina. Isso ocorreu devido à significativa redução de baixas em combate, de cerca de 60.000 mortos no Vietnã para aproximadas 300 na campanha do Golfo Pérsico, além da maior legitimidade junto à

sociedade e ao poder político do país. Houve, ainda, um importante respaldo obtido junto à ONU, concedendo maior liberdade de ação às operações militares americanas durante o conflito. O sucesso estadunidense no conflito levou à maior influência militar na Ásia, observado no aumento de suas bases no Oriente Médio, como no Iraque e no Afeganistão. Salienta-se que a influência sobre a narrativa promovida pelos meios de comunicação civis foi relevante à Arte da Guerra, pois condicionou a opinião pública, a captação de recursos financeiros e a mobilização nacional em prol do esforço de guerra.

Infere-se, de maneira parcial, que o Poder Militar dos EUA na 1ª Guerra do Golfo foi marcado pela aplicação eficiente dos meios humanos e materiais disponíveis para o combate. Em comparação com o Poder Militar aplicado na Guerra do Vietnã, percebe-se a distinção entre ambas, particularmente quando se observa o atingimento dos objetivos políticos e militares propostos. Os resultados positivos obtidos na campanha empreendida no Oriente Médio decorreram de um processo de transformação do Poder Militar dos EUA da Era Industrial para a Era da Informação. Assim, essa evolução indicou um avanço expressivo do pensamento militar e da sofisticação tecnológica dos sistemas bélicos para um novo patamar, no “estado da arte”, marcado por tecnologias disruptivas.

3. CONCLUSÃO

O Poder Militar dos EUA entre o final da Segunda Guerra Mundial e a última década do século XX evidenciou uma crescente superioridade dessa expressão do poder norte-americano sobre os demais países pelo mundo. Este processo evolutivo materializou a sua hegemonia militar no referido período histórico, influenciando a evolução da Arte da Guerra e a geopolítica norte-americana sobre o continente asiático.

Em síntese, o Poder Militar dos EUA aplicado na Guerra do Golfo foi significativamente superior ao que foi aplicado na Guerra do Vietnã. O emprego do referido poder no conflito vietnamita não foi eficiente para a conquista dos objetivos político-militares traçados, refletindo um país que ainda buscava consolidar sua projeção de poder no mundo bipolar da Guerra Fria. Já na 1ª Guerra do Golfo, diferente do Vietnã, o Poder Militar dos EUA mostrou-se perfeitamente adequado às especificidades dos fatores da decisão e do ambiente operacional, denotando o perfil hegemônico que o país já consolidara à época.

Conclui-se que os EUA exerceram influência militar na Ásia, como observado na terceirização da segurança japonesa para os norte-americanos em razão do fortalecimento das bases militares estadunidenses no país. Outro aspecto dessa influência foi a adoção dos mesmos padrões de materiais de emprego militar norte-americanos por parte de alguns países asiáticos, como no caso dos calibres 105 e 155 mm.

Infere-se, ainda, que outro aspecto dessa influência foi a manutenção da integridade taiwanesa, fruto do apoio militar dos EUA à ilha. Além disso, a vitória na 1ª Guerra do Golfo levou à expansão da influência militar norte-americana na Ásia por meio do estabelecimento de novas bases militares, como as do Afeganistão.

Por fim, a Guerra do Vietnã e a do Golfo foram eventos marcantes na História Mundial. Os efeitos dos dois conflitos ainda são vivenciados na sociedade norte-americana e no Oriente Médio, seja pelos erros estratégicos cometidos na Indochina, seja pelos efeitos colaterais decorrentes da aplicação de expressivo poder de combate dos EUA no território iraquiano.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S. **Taxonomia de objetivos educacionais**. Porto Alegre, RS: Globo, 1974.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior. **Expressão escrita**. Rio de Janeiro, RJ: Divisão de Preparação e Seleção, 2020.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior. **Método para solução de questões**. Rio de Janeiro, RJ: Divisão de Preparação e Seleção, 2015.

_____. Exército. **Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**. EB10-R-05.002. Brasília, DF: Gabinete do Comandante, 2016.

CASTRO, Thiago Castro de. **Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de História, Geografia e Geoestratégica**. Rio de Janeiro, RJ: BIBLIEX, 2010.

ESTEVES, Oyara Petersen. **Testes, medidas e avaliação**. Belo Horizonte, MG: PABAE, 1961.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MILITAR
Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025.
www.desmil.eb.mil.br